

Os Avá-Canoeiro do Araguaia e o tempo do cativo

Patrícia de Mendonça Rodrigues
Consultora Autônoma

O presente artigo* refere-se aos Avá-Canoeiro do rio Araguaia, que possuem uma história diferenciada e se distinguem etnicamente dos Avá-Canoeiro do rio Tocantins, embora os dois grupos se autodenominem *Āwa*. O histórico dos Avá-Canoeiro e sua situação atual podem ser considerados como um dos mais dramáticos exemplos de opressão vivida por um povo indígena em solo brasileiro. Tendo em vista o desconhecimento desses fatos pela maior parte das pessoas, o que contribuiu para manter a exclusão do grupo de uma pauta mínima de direitos humanos por décadas, o artigo tem o objetivo principal de registrar e divulgar esse drama contemporâneo o mais amplamente possível.

Em dezembro de 2013, fará 40 anos que uma violenta Frente de Atração da Funai capturou, em duas etapas, os remanescentes dos Avá-Canoeiro do Araguaia na Mata Azul, seu último refúgio após décadas de massacres e fuga em condições espantosamente desumanas. O evento crítico da captura – que marcou a derrota final depois de dois séculos de ativa resistência – é percebido pelos Avá-Canoeiro como um divisor radical entre um tempo de relativa autonomia e enfrentamento, ainda que marcado pelo desaparecimento da maior parte do grupo, e o tempo do cativo, um eterno presente de submissão, subordinação e extrema marginalização.

A criação de um Grupo Técnico da Funai (GT) em 2011 para identificar e delimitar uma terra indígena exclusiva para os Avá-Canoeiro do Araguaia¹ constituiu-se no primeiro passo histórico do Estado brasileiro para reparar minimamente as atrocidades de que o grupo foi vítima desde o século 18, chegando à beira da extinção física. No relatório antropológico apresentado em 2012 (Rodrigues, 2012), no entanto, tem mais relevância a extraordinária resiliência física e cultural dos Avá-Canoeiro, que persistem incansavelmente como povo único e com um futuro à frente, do que a descrição detalhada da sua perseguição implacável e dizimação pela sociedade nacional, ou do seu aprisionamento e posterior abandono pelos agentes do órgão indigenista nas aldeias dos Javaé, seus inimigos tradicionais, onde vivem até hoje à espera do retorno a um lugar próprio.

Em 1976, uma decisão desastrosa da Funai escolheu o Posto Indígena Canoanã, onde se aglutinavam remanescentes Javaé de várias aldeias extintas, para abrigar os Avá-Canoeiro, capturados na vizinha Mata Azul, em 1973 e 1974. Antigos adversários foram forçados a conviver na condição de grupo dominante e grupo dominado na mesma aldeia. Mesmo passando por um momento crítico de perdas populacionais, os cerca de 300 Javaé eram em número muito superior aos 10 Avá-Canoeiro capturados, que foram recebidos como cativos de guerra, tendo início a partir de então uma relação de profunda assimetria política, econômica e cultural. A transferência dos sobreviventes beneficiou unicamente os interesses de poderosos grupos econômicos, que se apropriaram em definitivo de terras ocupadas tradicionalmente pelos Javaé e Avá-Canoeiro.

Do Tocantins ao Araguaia

Os “Canoeiro”, um povo de língua tupi-guarani, estavam morando nas cabeceiras do rio Tocantins quando os primeiros colonizadores do Brasil Central chegaram à região na segunda metade do século 18.² As raízes históricas, geográficas, linguísticas e étnicas do grupo, que só nos anos 60 do século 20 passou a ser conhecido como Avá-Canoeiro (Toral, 1984/1985), foram motivo de antigos debates na literatura, em que se especulou sobre uma descendência dos antigos Karijó de São Paulo (falantes de um dialeto guarani) ou sobre uma fusão histórica com afrodescendentes.³ O que foi esclarecido até o momento é que a língua do grupo estaria muito próxima linguisticamente – o que indica uma maior proximidade histórica ou geográfica – dos povos Tupi-Guarani setentrionais, como os Tapirapé, Asurini do Tocantins, Suruí do Tocantins, Parakanã, Guajajara e Tembê, ao contrário de uma hipotética origem meridional (Rodrigues, 1984/1985).

Os Avá-Canoeiro ficaram conhecidos na literatura histórica e na memória oral dos antigos goianos como o povo indígena que mais resistiu ao colonizador, recusando-se terminantemente a estabelecer o contato pacífico,⁴ embora a perseguição incessante e o extermínio da maioria do grupo tenham levado à sua dispersão e fragmentação. Parte do grupo continuou vivendo no Tocantins, enquanto outra parte deslocou-se para a bacia do rio Araguaia, o principal afluente do rio Tocantins, onde chegou na década de 1830 (ver Mapa 1).⁵

Nessa nova região de savanas inundáveis, de características ambientais muito diferentes, os Avá-Canoeiro passaram a disputar o mesmo território habitado imemorialmente pelos Karajá e Javaé no médio Araguaia,⁶ ao qual se adaptaram notavelmente (ver Mapa 5). No final do século 19, o grupo do Araguaia concentrou-se preferencialmente no vale do rio Javaés, território de ocupação

tradicional dos Javaé, localizado dentro e fora da ilha do Bananal, que ainda era livre da colonização. A penetração dos Avá-Canoeiro no território javaé foi facilitada, em grande parte, pela redução populacional sofrida pelos Javaé nos séculos 17 e 18 em função das expedições de bandeirantes ao Araguaia.⁷

No fim do século 19 e nas primeiras décadas do século 20, isso que se chama de o “povo Javaé” era o produto de um longo processo histórico composto de casamentos entre povos diferentes, fusões linguísticas e culturais, trocas variadas e pacíficas, por um lado, além de guerras interétnicas, ataques mortais e apresamento de escravos feitos pelos primeiros colonizadores, por outro, os quais reduziram drasticamente a população pré-contato, calculada em alguns milhares de pessoas (Rodrigues, 2008b, 2010). Nas aldeias de então viviam os remanescentes desse passado denso, estimados em menos de 1.000 pessoas⁸ que há vários séculos haviam se transformado no povo *Iny* (Javaé), ocupando lugares outrora habitados pelos seus ancestrais ou pelos povos diversos que coabitaram a região antigamente.

Com a chegada dos Avá-Canoeiro, os dois grupos se tornaram inimigos históricos e tanto os Javaé quanto os Avá-Canoeiro têm uma memória viva e detalhada sobre um passado de enfrentamentos ocasionais e mortes recíprocas (Rodrigues, 2008b, 2012). Os Javaé praticam até hoje um ritual de pacificação e alimentação dos “espíritos” dos estrangeiros mortos em batalha, incluindo os mortos avá-canoeiro (*Kyrusa Kuni*), que assim foram transformados em protetores da comunidade. Além disso, os Javaé possuem um mito sobre o surgimento dos Avá-Canoeiro na ilha do Bananal e uma antiga toponímia que faz referência à presença histórica dos mesmos no vale do rio Javaés desde o século 19 (ver Mapa 11).

Apesar dos conflitos históricos, não havia uma competição acirrada entre os dois grupos quanto ao uso dos recursos naturais, pois os Javaé são, antes de tudo, pescadores e agricultores,⁹ enquanto os Avá-Canoeiro especializaram-se na caça e na coleta, deixando a agricultura em segundo plano devido à perseguição constante dos não índios. Na grande planície inundável que é o vale do rio Javaés, os Javaé até hoje habitam as margens dos rios e dos lagos e utilizam-se preferencialmente dos recursos aquáticos, enquanto os Avá-Canoeiro, que se movimentavam mais no espaço, utilizavam-se mais das matas dos interflúvios, onde podiam praticar suas atividades produtivas e se refugiar durante a estação cheia.¹⁰

Nas primeiras décadas do século 20, do ponto de vista dos brasileiros instalados na costa do Brasil, o vale do Araguaia viveu os seus últimos dias de “sertão” desconhecido. Na época, missionários católicos e protestantes e agentes governamentais instalaram-se permanentemente nas proximidades das aldeias karajá¹¹ e foram organizadas expedições para o desbravamento e a colonização da

margem oeste do Araguaia, onde viviam os temidos Xavante. A partir dos anos 30, seriam fundados os principais povoados junto aos Karajá da ilha do Bananal, como Santa Terezinha, Luciara e São Félix do Araguaia (ver Mapa 2). Nos anos 30 e 40, a leste do médio Araguaia, mineradores de cristal e criadores de gado fundariam os primeiros povoados do vale do rio Javaés,¹² como Cristalândia, Pium, Dueré e Formoso do Araguaia, de onde partiram os primeiros colonizadores das pastagens nativas da ilha do Bananal e os principais “caçadores” dos índios avá-canoeiro (Ver mapa 10).

Ao contrário dos guerreiros *Āwa*, que recusaram qualquer tentativa de aproximação e foram caçados como animais selvagens pelos colonizadores, sendo obrigados a uma movimentação constante em uma vasta região, os Karajá aceitaram as primeiras tentativas de intercâmbio pacífico dos brancos que navegavam pelo rio Araguaia, ainda no século 17, garantindo a sua permanência no território de ocupação imemorial e tradicional. O mesmo ocorreu com os Javaé, que viveram mais isolados no vale do rio Javaés até a década de 30 do século 20.

A penetração das frentes pastoris e agrícolas no médio Araguaia, em ambas as margens, aumentou na década de 50, tanto em função da “pacificação” dos Xavante como dos efeitos da Marcha para o Oeste (Villas Bôas & Villas Bôas, 1994; Lima Filho, 2001). As construções de Goiânia, nos anos 30, e de Brasília, no fim da década de 50, inauguraram um novo fluxo migratório no Brasil Central. A instalação de pequenas e grandes fazendas nas duas margens do grande rio ocorreu paralelamente à entrada cada vez maior de posseiros de menor poder econômico na ilha do Bananal. A chegada das frentes de expansão econômica ao vale do Javaés trouxe a invasão e a apropriação das terras ocupadas pelos índios, epidemias desconhecidas para os Javaé e o choque frontal entre os novos colonizadores e os Avá-Canoeiro, o que resultou em uma redução populacional drástica dos dois grupos. Os moradores regionais guardam uma memória viva sobre esses eventos relativamente recentes, especialmente em relação aos Avá-Canoeiro, conhecidos até hoje como “Cara Preta”.¹³

A caça aos índios teve seu auge do fim dos anos 40 a meados dos anos 60, quando centenas de “Cara Preta” foram assassinados individualmente ou em massacres de aldeias inteiras que foram queimadas, como as que existiam na Serra das Cobras e no Lago da Onça, no interflúvio entre o rio Javaés e o rio Formoso do Araguaia, principal território de habitação dos Avá-Canoeiro nessa época (ver mapas 10 e 11). Entre os matadores de Avá-Canoeiro, os mais famosos foram Martim Cabeça-Seca, caçador e pescador profissional que morava em Pium e matou muitas dezenas de índios, e Vicente Mariquinha, o

primeiro criador de gado que se instalou junto à aldeia *Kanoanõ*, dos Javaé, os quais aceitaram a sua presença, ainda nos anos 40, em troca de proteção armada contra os temidos Avá-Canoeiro da região (Pedroso, 2006; Rodrigues, 2010, 2012).

Trauma e catarse

Diante da perspectiva de retomada parcial do território de ocupação tradicional, em 2009, os Avá-Canoeiro do Araguaia decidiram realizar um penoso esforço conjunto para relembrar o seu traumático passado, marcado por uma sucessão interminável de vários tipos de perdas brutais, como a de quase todos os parentes próximos, em situações de violência, ou do local de abrigo estável, da prática da agricultura, que complementava a alimentação, do direito de dormir à noite, do direito de enterrar os mortos e da segurança mínima de uma vida sem a ameaça constante e radical da morte. Com o seu aprisionamento posterior pelos agentes do Estado, outras perdas dramáticas se somariam à lista. O medo crescente, conforme o grupo foi sendo encurralado e caçado nas matas, o esgotante estado de alerta total e uma orientação permanente para a fuga, percorrendo distâncias imensas, constituíram a tônica da movimentação dos Avá-Canoeiro entre a década de 30 e a de 70 (ver Mapa 11).

A bióloga Luciana Ferraz, integrante do GT, sugeriu o conceito biológico de “estresse de cativo”, associado ao pânico da morte em situações-limite e às suas consequências psicológicas e físicas duradouras, para descrever a experiência vivida pelos Avá quando foram violentamente capturados e aprisionados pela equipe da Frente de Atração da Funai depois de décadas de fuga de tiroteios, incêndios e cães de caça. Ferraz notou pessoalmente que os remanescentes do contato têm uma configuração da arcada dentária, caracterizada pelo desgaste uniforme dos dentes, que é típica de pessoas que viveram situações prolongadas de medo intenso.

Diante deste contexto prévio, nem tudo foi possível lembrar ou falar ao GT, uma vez que os principais narradores viveram pessoalmente as experiências liminares e traumáticas – entre vida e morte, entre o antes e o depois da captura, entre o mundo *Áwa* e o mundo dos brancos – que ainda provocam dor e uma profusão de sentimentos e pensamentos nem sempre comunicáveis. Além disso, há certos assuntos que causam um nítido desconforto ao se reativar a memória, como no caso do grande massacre recordado pelos Javaé ou do episódio da captura pela Frente de Atração, o mais problemático de todos. Segundo Christ (2009), a mesma resistência ocorreu entre os Piripkura do Mato Grosso, grupo de recente contato.

De início, houve uma insistência dos Avá em negar a ocorrência de violências e mortes que, depois, foram plenamente admitidas. Com o tempo, conforme foi se firmando um vínculo de confiança entre os Avá-Canoeiro e os membros do GT, os assuntos mais constrangedores foram sendo reelaborados pelos próprios Avá, desmontando-se aos poucos as versões iniciais, fantasiosas e mais suaves do que a realidade, que são comumente oferecidas por eles aos que tentam obter informações a respeito. Mesmo assim, alguns dos fatos relativos aos episódios mais dramáticos permaneceram inacessíveis. Os fatos que foram narrados, por sua vez, muitas vezes surgiram de forma fragmentada, relativos a diferentes épocas e lugares, sem uma conexão linear entre todos os eventos. Em várias ocasiões, o GT teve a nítida sensação de que os que eram recém-entrados na adolescência na época do contato estavam fortemente vinculados, emocionalmente, aos eventos ocorridos na Mata Azul, como se o tempo tivesse estagnado naquele período. À já difícil barreira da língua e da cultura somou-se a barreira emocional dos narradores, o que algumas vezes impediu a elucidação de dúvidas.¹⁴

Além das delicadas questões psicológicas e emocionais dos indivíduos avá-canoeiro, que não devem ser desconsideradas, subsiste também, principalmente, outro motivo de ordem política para a resistência do grupo em abrir seu passado e seu presente aos pesquisadores sem nenhum tipo de restrição. Os Avá-Canoeiro do Araguaia temem ser enganados novamente, como aconteceu nas primeiras relações de troca estabelecidas com os agentes da Funai: ao primeiro grupo capturado foi prometida a terra em que moravam em troca da atração dos que fugiram para a mata. Os Avá fizeram a sua parte no acordo e buscaram os outros parentes, mas a promessa dos brancos nunca foi cumprida.

O desejo profundo de autonomia e de retorno à terra perdida, no entanto, transformou-se em uma força poderosa que permitiu dissolver parcialmente a resistência cristalizada que os Avá-Canoeiro tinham e ainda têm em falar do seu passado e do seu mundo incompreendido aos membros da sociedade que tentou exterminá-los. Os poucos trabalhos acadêmicos com informações históricas e antropológicas sobre os Avá-Canoeiro do Araguaia (Toral, 1984/1985; Pedroso, 2006) apresentam pouquíssimos dados fornecidos pelo próprio grupo e alguns deles equivocados, como foi analisado em Rodrigues (2012). O tabu em falar o nome dos mortos, por exemplo, foi deixado de lado – por iniciativa dos Avá, exclusivamente – para que algo da história do passado fosse resgatado. O curto tempo físico da pesquisa foi compensado por uma grande qualidade do conteúdo das informações, uma vez que os Avá mobilizaram-se para atender às demandas do GT.

A perspectiva de demarcação da terra forneceu um contexto excepcional de abertura ao diálogo, mas ficou claro que o simples ato de “perguntar” – mesmo

com delicadeza e respeitando ao máximo os limites impostos pelos Avá-Canoeiro – era uma forma constrangedora para os pesquisadores e, em especial, para os entrevistados de reviver feridas não tão velhas e ainda muito incômodas. Por outro lado, a experiência conjunta foi, em certa medida, catártica para os Avá-Canoeiro, além de propiciar um resgate mínimo de sua autoestima, diante de sua aceitação como humanos plenos pelo GT. A presença do Grupo Técnico e a possibilidade de retomada da terra provocaram uma enorme e visível efervescência social, cultural, política e emocional entre os Avá-Canoeiro, marcados por décadas de invisibilidade e exclusão. Três meses depois do primeiro trabalho de campo, em 2009, ficamos sabendo – pelos Javaé – que os Avá-Canoeiro haviam “mudado completamente”. Eles comunicaram aos Javaé, de forma inédita, que “não eram um grupo em extinção” e que dali em diante queriam participar de todas as reuniões comunitárias na aldeia Canoanã, o que não ocorria antes.

Desde então, tem havido uma inserção política mais assertiva dos Avá-Canoeiro nas esferas locais e mais amplas, que passaram a acompanhar de perto o processo de regularização fundiária da terra identificada. O grupo decidiu reivindicar à Funai e ao Ministério Público Federal que seja feita a mudança dos nomes em seus documentos oficiais, nos quais apelidos, nomes errados, pejorativos ou de outras línguas, além de genealogias incorretas, foram registrados à revelia de seus portadores. Todos os jovens adultos nascidos após o contato decidiram ser conhecidos em seus documentos, a partir de agora, pelos nomes *Āwa* com que foram nomeados ao nascer.

Atualmente existem apenas três pessoas – um homem idoso e seu casal de filhos – que nasceram antes do contato forçado, as quais se mobilizaram notavelmente para dialogar com o GT sobre o passado do povo *Āwa*. A memória de *Tutawa*, *Agàek*¹⁵ e *Kaukamã*¹⁶ é a matéria-prima das narrativas inéditas sobre o passado pré-contato e o evento da captura no relatório produzido pelo GT. O mais velho deles, com cerca de 80 anos, totalmente lúcido e a principal fonte da memória, é o líder histórico e atual do grupo do Araguaia desde os 20 anos de idade, aproximadamente, quando seu pai foi assassinado por um vaqueiro e ele teve que assumir o seu lugar.

Seu filho, com cerca de 55 anos, sucumbiu ao alcoolismo crônico na aldeia Canoanã, já tendo tentado o suicídio, mas parou de beber para participar das reuniões com o GT, esforço que manteve por alguns meses depois do fim dos trabalhos. Embora costumeiramente tímido e refratário aos contatos com estranhos, revelou-se uma pessoa extremamente sensível e um grande conhecedor do mundo masculino *Āwa* em suas conversas sobre o uso dos recursos naturais com a bióloga do GT, além de fornecer corajosamente as informações cruciais – que

os outros não conseguiram falar – sobre episódios violentos do passado. A única mulher, com cerca de 50 anos, é a mãe de todos os Avá-Canoeiro da primeira geração nascida após o contato, não se deixando intimidar pelo seu português precário para responder às inúmeras perguntas que lhe foram feitas. As entrevistas contaram com a participação de membros da geração pós-contato, que traduziram as narrativas feitas na língua nativa com grande interesse.

Uma crônica sobre o genocídio

Quando *Tutawa* tinha 7 ou 8 anos de idade, na virada para os anos 40, aproximadamente, seu grupo de parentes, liderado por seu pai, teve que abandonar a gruta de *Uàkwaga*, onde vivia isolado e em segurança há anos, chegando a praticar a agricultura em uma mata da região, diante dos sinais da presença dos brancos nas proximidades da aldeia (ver Mapa 11).¹⁷ O relato que se tem sobre as três décadas seguintes é uma crônica nauseante sobre mortes sucessivas em situações quase sempre de grande violência (Rodrigues, 2012).

Os *Áwa* atravessaram o grande Araguaia para a sua margem direita, em um local um pouco ao norte da ilha do Bananal, e iniciaram uma longa peregrinação de fuga pelo vale do rio Javaés, em direção ao sul, a qual terminaria na Mata Azul, em 1973, com um número reduzidíssimo de pessoas em comparação ao que o menino *Tutawa* conheceu em sua infância, nos anos 30, e ao que enfrentou as frentes de colonização a partir de então. O grupo defrontou-se com os mineradores de cristal de rocha, caçadores, pescadores profissionais e criadores de gado que começavam a se instalar justamente nessa região. Foi a partir desse momento que os Avá-Canoeiro começaram a matar cavalos, bois, porcos ou galinhas que encontravam nas fazendas ou em seu caminho para se alimentar, o que era feito paralelamente às atividades de caça tradicionais. Em 1812, em uma das mais antigas descrições sobre o grupo (Silva e Souza, 1849), já se mencionava o famoso hábito dos Canoeiro do Tocantins de comer carne de cavalos, um dos principais motivos invocados pelos fazendeiros do vale do rio Javaés, em meados do século 20, como justificativa para matá-los.

Quando seu pai morreu, por volta de 1950, o muito jovem *Tutawa* assumiu a responsabilidade pelo destino imediato do grupo e passou a guiar seus parentes em uma região mais ampla, dirigindo-se cada vez mais para o sul e em condições cada vez mais difíceis, pois o cerco dos regionais se intensificou consideravelmente. A rota de *Tutawa* passou a incluir travessias do rio Javaés e do rio Araguaia para dentro e para fora da ilha do Bananal, durante a estação seca, elegendo o interflúvio entre o rio Javaés e o seu principal afluente, o rio Formoso do Araguaia, como a principal área de movimentação (ver Mapa 11). Não havia a

possibilidade de moradia fixa, apenas um eterno deslocamento de acampamento em acampamento, instalados nos lugares mais inóspitos.

Os sobreviventes do genocídio lembram que seu povo foi caçado por homens armados, montados ou não, e seus cachorros ferozes nas matas do Araguaia, testemunhando de perto o assassinato de parentes próximos – pais, irmãos, filhos, entre outros – de formas variadas. Os sertanejos, por sua vez, ainda lembram que os índios eram acuados com cachorros e subiam nas árvores em pânico, de onde defecavam descontroladamente. Depois de mortos, o fígado dos “Cara Preta” era dado como recompensa aos cachorros, que assim eram treinados na perseguição aos índios.

Nessa nova fase, o grupo, constituído também de crianças e velhos, optou por caminhar principalmente durante a noite por questões de segurança. As pessoas dormiam ou se mantinham em silêncio durante o dia em áreas de difícil acesso. Para fugir dos moradores, os Avá-Canoeiro andavam afastados das margens dos grandes cursos d’água, em lugares mais interioranos. As longas caminhadas e as travessias de rios ocorriam apenas durante a estação seca, uma vez que as inundações periódicas da região obrigavam-nos a permanecer isolados durante a estação cheia nos poucos lugares secos e altos. Com a perda da possibilidade de praticar a agricultura, os Avá-Canoeiro tiveram que restringir sua alimentação à carne de caça, basicamente, ou de bois e cavalos, ocasionalmente, e aos frutos e às raízes coletados durante as caminhadas. Algumas vezes arriscavam-se subtraindo produtos agrícolas das roças dos Javaé e Karajá.

Tradicionalmente, os Avá-Canoeiro realizavam o enterro primário e o secundário, quando os ossos do morto eram pintados com urucum e transferidos para outro lugar. Posteriormente, o lugar do enterro secundário era visitado pelos parentes do morto. Nos anos que precederam o contato, os Avá-Canoeiro mal puderam realizar o enterro primário de seus mortos, pois as mortes quase sempre eram assassinatos inesperados cometidos pelos brancos. Os corpos de muitos parentes próximos foram abandonados para os urubus durante a fuga dos remanescentes dos ataques, que não tinham a possibilidade de retornar ao local da morte e dar um enterro digno ao morto.

Em meados dos anos 60, depois de décadas de massacres de centenas de indivíduos avá-canoeiro, incluindo a destruição de aldeias inteiras, a inóspita Mata Azul foi escolhida como o último refúgio dos sobreviventes do grupo.¹⁸ As restrições e as limitações da vida cotidiana acirraram-se consideravelmente na última fase anterior à aproximação forçada. As antigas casas de palha, que abrigavam famílias inteiras com relativo conforto, protegendo do sol, da chuva e dos mosquitos, e onde se penduravam redes de buriti, foram substituídas por

rústicas e minúsculas armações de madeira cobertas com folhas ou palha, sem paredes, que protegiam minimamente as pessoas dos temporais de inverno. As refeições se davam preferencialmente à noite, mas às vezes as caminhadas noturnas impediam que as pessoas se alimentassem. Os Avá-Canoeiro evitavam andar e acender fogo de dia, para que não fossem vistos e para que a fumaça não denunciasse o seu esconderijo. Uma alternativa era acender o fogo com uma técnica especial que não produzia fumaça. Por outro lado, a fumaça servia também para amenizar o desconforto provocado pelas nuvens de mosquitos que, conforme o lugar e a época, especialmente no inverno, eram absolutamente insuportáveis. Também por essa razão, as noites eram dedicadas à caça e às caminhadas.

Dependendo da localização, evitava-se beber água durante o dia. Não se falava alto e, muitas vezes, a comunicação entre o grupo, a certa distância, era feita imitando-se assobios de pássaros da mata, dos quais os Avá-Canoeiro têm um impressionante conhecimento (Ferraz, 2012). O descanso e o sono, por sua vez, ocorriam somente durante o dia. Depois que chegaram à Mata Azul, os Avá abandonaram também o costume de andar e caçar nas amplas savanas inundáveis, ricas em certos tipos de caça apreciadas, como o cervo, pois eles se tornavam alvos fáceis dos tiros dos brancos. A essa altura, os remanescentes de longos anos de ataques-surpresa estavam acostumados a fugir e se encontrar horas depois em algum lugar seguro previamente combinado.

Todos os homens tinham arcos, feitos da madeira pati, e vários tipos de flechas, feitas com taquara ou taboca, com finalidades variadas. A ponta de metal das flechas mais letais era fabricada pelos Avá-Canoeiro a partir de facas, facões e latões que eram tomados furtivamente dos brancos, assim como panelas e outros utensílios, conforme foi fartamente registrado na literatura histórica desde quando moravam no rio Tocantins.

Os sobreviventes avá-canoeiro se recordam que a Mata Azul, chamada por eles de *Iwygàpawa*, o “Berçário das Árvores”, devido ao seu grande número de árvores, tornou-se o seu último e permanente refúgio durante cinco ou seis anos antes da captura. Um pequeno grupo de 14 pessoas, que tinha vínculos de parentesco muito próximos, chegou junto ao lugar, ao que tudo indica, logo depois do massacre da Lagoa da Onça, ou seja, por volta de 1967 ou 1968. Essas 14 pessoas viveram juntas os últimos anos antes da aproximação imposta, embora três tenham morrido antes da captura final.¹⁹ O Capão de Areia era o principal lugar alto e seco da Mata Azul, onde os porcos queixada e outros animais selvagens se refugiavam durante as inundações do inverno. Por essa razão, o lugar foi escolhido para a moradia permanente durante a estação cheia, onde o grupo caçava no inverno e mantinha seus utensílios mínimos.

No início da década de 70, os Avá-Canoeiro do Araguaia estavam encurrados por todos os lados, tendo sido alvo de tiros ou perseguidos por homens a cavalo e seus cachorros nas matas do rio Formoso e do rio Caracol, nas cercanias do próprio Capão de Areia e na Mata Azul. A área de movimentação do grupo havia ficado circunscrita a um limite mínimo, que dificultava a caça e a coleta, pois os Avá deixaram de andar nas áreas onde sofreram ataques. A situação chegou a um nível crítico. “Meu pai queria sair não sei para onde. [...] Queria ir embora, para sair aqui [...] da Mata Azul. Aí não saiu. Como a gente vai sair?” (*Kaukamã*).

Interesses privados e o poder público

A Mata Azul, que fazia parte do território maior compartilhado pelos Avá-Canoeiro e Javaé historicamente (ver Mapa 11), localizava-se na margem direita do rio Javaés, a cerca de 10 km da aldeia Canoanã, dos Javaé (ver Mapa 2). Na época, a mata estava dentro da então imensa Fazenda Canuanã, que havia sido comprada no início dos anos 60 por três irmãos da rica família Pazzanese, de São Paulo. Entre os irmãos, destacava-se o médico paulista Dante Pazzanese (1900-1975), cardiologista renomado, que fundou a Sociedade Brasileira de Cardiologia em 1954 e o Instituto de Cardiologia do Estado de São Paulo, mais tarde nomeado como Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia – Fundação Adib Jatene. Nos anos seguintes, a Fazenda Canuanã, dedicada basicamente à pecuária, apropriou-se de áreas mais vastas na margem direita do rio Javaés, tornando-se a maior fazenda da região, as quais foram negociadas e vendidas a outros fazendeiros.²⁰

A fazenda teve origem na virada dos anos 40 para os anos 50, conforme já foi introduzido, com Vicente Mariquinha, conhecido matador de “Cara Preta”, que foi o primeiro criador de gado a se instalar junto à aldeia Canoanã (*Kanoanõ*), dos Javaé. Na época, a aldeia estava situada na margem direita do rio Javaés, nas proximidades do lugar de origem mitológica do grupo (Rodrigues, 2008b, 2010, 2012). O antigo nome da aldeia foi utilizado para batizar a pequena Fazenda Canuanã, a qual foi vendida, em meados da década de 50, para Waldemar Prudente, rico fazendeiro de Goiânia, que expandiu os domínios da fazenda consideravelmente, abrangendo áreas de uso tradicional dos Javaé e Avá-Canoeiro na Ilha do Formoso, nome regional do interflúvio entre os rios Javaés e Formoso do Araguaia. Depois de violências cometidas pelos peões da fazenda contra os Javaé e de denúncias dos mesmos ao SPI, Prudente vendeu a área no início dos anos 60 aos irmãos Pazzanese. Devido aos atritos com os peões de Prudente, os Javaé mudaram a aldeia Canoanã para a outra margem do rio, dentro da ilha do Bananal, onde estão até hoje, transformando-se na maior aldeia pós-contato.

Segundo lembram os Javaé, os Pazzanese teriam se apropriado indevidamente de terras que não lhes pertenciam, removendo pequenos proprietários da área, e depois iniciado o parcelamento e a venda das terras adquiridas para outros fazendeiros, alguns dos quais ainda estão nos mesmos lugares. Os irmãos desmataram grandes áreas na fazenda, a fim de cultivar pasto para bovinos, incluindo uma grande parte da mata ciliar da margem direita do rio Javaés, e também construíram uma luxuosa sede da Fazenda Canuanã, em bom estado até hoje, uma nova pista de avião e a primeira estrada aterrada até o povoado de Dorilândia. A sede da Fazenda Canuanã, contudo, continuou instalada no sítio de ocupação mitológica, imemorial e tradicional da primeira aldeia *Kanoanõ*. No final dos anos 60, fato jamais esquecido pelos Javaé, o que levou à reivindicação da Terra Indígena Javaé / Avá-Canoeiro (Rodrigues, 2010), os Pazzanese jogaram seus tratores sobre o cemitério indígena, destruindo as urnas funerárias e dando destino ignorado aos ossos dos mortos.

A presença dos Avá-Canoeiro na Mata Azul incomodava sobremaneira aos fazendeiros locais em razão dos abates de animais domésticos, mas a ameaça de perda da propriedade da terra e dos investimentos econômicos em andamento em função de um hipotético reconhecimento oficial de uma terra indígena no local era um incômodo muito maior. Os “Cara Preta” eram um grande problema para os proprietários da Fazenda Canuanã, principalmente, mas se tornaram um obstáculo de proporções bem mais avantajadas aos seus interesses materiais quando eles iniciaram uma parceria com o grupo Bradesco no início dos anos 70. Nos anos 60, parte da mata estava na Fazenda Lago Bonito, de Dorival Roriz, onde se situava o povoado de Dorilândia (ver Mapa 2).

Segundo versões colhidas pelo GT em campo de fontes diversas, incluindo antigos funcionários da Funai (Rodrigues, 2012), os Pazzanese teriam feito um financiamento junto ao Banco Bradesco nos anos 60. Depois de um acordo com os dirigentes do banco, teriam entregue partes da grande Fazenda Canuanã, aos poucos, como pagamento pela dívida. Os Pazzanese iniciaram então uma parceria econômica com o banco, que decidiu instalar a primeira unidade rural da Fundação Bradesco, conhecida instituição escolar, ao lado da sede da fazenda. Surgiu então a Fundação Bradesco / Fazenda Canuanã, que teria se beneficiado dos incentivos fiscais e financeiros do governo federal para grandes projetos agropecuários nos anos 70, por meio do programa conhecido como Polamazônia (Toral, 1984/1985). Os Javaé ainda se lembram das visitas que o fundador do grupo Bradesco, Amadeu Aguiar, fez à Fazenda Canuanã.

Diante das notícias sobre a presença dos “Cara Preta” na fazenda, fato notório na região, o Bradesco teria ameaçado cancelar os vultosos investimentos

programados. Os Pazzanese, por sua vez, temendo o fim da vantajosa parceria, negavam veementemente a existência dos Avá-Canoeiro, embora houvesse vestígios dos índios por todos os lados. A Fazenda Canuanã havia obtido, inclusive, uma “certidão negativa” da Funai, atestando a inexistência de índios no lugar, conforme uma reportagem da revista *Veja*, de 19 de dezembro de 1973, poucos dias depois da captura dos Avá-Canoeiro:

[...] Como outros grupos, os Avá-Canoeiros foram vítimas da desorganização da política indigenista brasileira. Estavam encurralados nas terras da Fazenda Canuanã do grupo Bradesco que, para funcionar naquela área de 60 mil alqueires, precisaria de uma certidão negativa da Funai, afirmando a não existência de índios na região. Como o projeto funciona há mais de três anos, supõe-se que a certidão tenha sido expedida por algum funcionário incapaz de entender o princípio da honestidade [...]. Os diretores do projeto diziam que os selvagens não passavam de uma “lenda inventada pelos trabalhadores”. Assim, as marcas de balas devem ser reminiscências das bandeiras que andavam pelo Brasil central no século XVIII (*apud* Newlands & Ramos, 2007:76).

A reportagem refere-se ironicamente às balas que um Avá-Canoeiro tinha em seu corpo quando foi encontrado pela Frente de Atração, que “eram uma espécie de ‘acusação viva’ das violências cometidas contra este grupo por funcionários da fazenda (OESP, 13/12/73)” (Toral, 1984/1985:316).²¹

No período entre a compra da Fazenda Canuanã pelos irmãos paulistas e a captura dos Avá-Canoeiro pela Funai, os Javaé testemunharam as relações violentas entre os funcionários da fazenda e os Avá-Canoeiro (Rodrigues, 2012). Há diferentes versões de vários javaé e de antigos funcionários da Funai sobre um grande massacre que teria sido cometido pelos fazendeiros locais, entre outros ataques menores, do qual ainda existiriam vestígios físicos (ver Mapa 11). Alguns deles estiveram pessoalmente nesse lugar, com marcas de balas nas árvores, onde foram avistadas dezenas de covas. Era de conhecimento notório na época o envolvimento dos gerentes da Fazenda Canuanã, “Totó” e “Meroveu”, e de vaqueiros ou capatazes, como “Caetano”, “Horácio” e “Juarez”, entre outros, alguns dos quais ainda estão vivos e moram na região. Como já foi dito, o grupo foi vítima de um grande ataque imediatamente anterior à chegada dos sobreviventes *Áwa* na Mata Azul, sobre o qual estes últimos têm grande resistência em falar a respeito. Já na Mata Azul, os Avá-Canoeiro se lembram em detalhes de dois ataques menores de vaqueiros, ocasião em que abandonaram suas flechas (Rodrigues, 2012).

Embora não se saiba exatamente como se deu essa conexão entre interesses privados e agentes públicos, que não aparece nos boletins e nos processos oficiais da época, o poder público foi acionado no auge dos governos militares e o órgão indigenista enviou uma equipe com o objetivo, a princípio, de investigar se era real ou não a presença dos índios (ver Pedroso, 2006). Diante da constatação da existência dos Avá-Canoeiro, a Funai teria decidido realizar o contato. Há uma sugestiva coincidência de datas entre a ativação da Frente de Atração no Araguaia e o interesse do grupo Bradesco pela Fazenda Canuanã, tendo em vista que há vários anos os fazendeiros locais, incluindo os proprietários da Fazenda Lago Bonito, solicitavam sem sucesso à Funai que tomasse alguma providência em relação aos “Cara Preta”. Como se sabe, a Funai era presidida por militares e, no mesmo ano da captura dos Avá-Canoeiro, a região foi palco da repressão armada à guerrilha do Araguaia, ao norte, e à atuação político-religiosa da Prelazia de São Félix do Araguaia, a oeste, liderada por Dom Pedro Casaldáliga (Escribano, 2000).

Em 1971, a Frente de Atração foi comandada pelo experiente sertanista Israel Praxedes Batista, que havia atuado em uma equipe do SPI de atração dos Canoeiro do alto Tocantins na década de 40.²² A Frente de Atração foi criada para investigar, conjuntamente, a existência de índios avá-canoeiro no rio Tocantins, que há anos também incomodavam os fazendeiros locais.²³ Só em fevereiro de 1972, no entanto, a Funai realizaria a primeira expedição para tentar localizar os Avá-Canoeiro da região do “Posto Indígena Canoanã”. O relato oficial descreve o território de ocupação dos Avá-Canoeiro como a vasta área – estimada em 50.000 alqueires (menor que a imensa área da Fazenda Canuanã descrita pela reportagem da *Veja*) – entre os rios Formoso do Araguaia e Javaés. O sertanista localizou a morada de inverno dos índios em um “torrão seco” em meio à inundação, cuja localização correspondia ao Capão de Areia, situado aproximadamente na divisa entre a Fazenda Canuanã (junto ao rio Javaés) e a Fazenda Lago Bonito (junto ao rio Formoso do Araguaia). Praxedes Batista também descreve um ataque recente dos vaqueiros da “Fazenda Dorilândia” (Lago Bonito) a um acampamento dos índios.

Em seus relatórios, o sertanista conclui pela necessidade de se reconhecer oficialmente uma terra para os Avá-Canoeiro do Araguaia, mas a sua recomendação não foi levada adiante, tendo sido simplesmente arquivada nas décadas que se seguiram. A partir de junho de 1973, técnicos da Funai começaram a questionar os resultados e a estratégia de atração de Israel Praxedes Batista. Como a lenta tática de oferecimento de brindes aos índios não obteve resultados, contrariando os interesses dos proprietários das fazendas, em 29 de outubro

de 1973, o antigo funcionário do SPI foi substituído no comando da expedição do Araguaia pelo sertanista José Apoena Soares de Meirelles, filho do célebre sertanista Francisco Meirelles, a quem é atribuída a “pacificação” dos Xavante. Praxedes continuou trabalhando por algum tempo no Tocantins, à margem do noticiário, enquanto a atuação de Apoena Meirelles, como o sertanista ficou conhecido, tornou-se alvo do interesse da grande imprensa, como descreve Toral (1984/1985) em maiores detalhes (ver Newlands & Ramos, 2007).

Apesar de Praxedes ter afirmado em mais de um de seus relatórios que a possibilidade de atração dos Avá-Canoeiro do Tocantins era iminente, em comparação ao atraso dos trabalhos com o grupo do Araguaia, a direção da Funai decidiu escalar o jovem, porém renomado, sertanista Apoena Meirelles para comandar a equipe do Araguaia, que se tornou a prioridade absoluta do órgão.

A captura

Os fatos relacionados à Frente de Atração causaram uma ruptura definitiva na vida dos Avá-Canoeiro do Araguaia, que se referem ao episódio como “o tempo em que o Apoena pegou a gente”. A experiência do tempo (história) e do espaço (ocupação territorial) vivida pelo grupo divide-se entre o antes e o depois desse evento-tabu, cuja menção até hoje causa um desconforto visível às pessoas que são entrevistadas a respeito, sejam os agentes públicos, os moradores regionais ou os Javaé, como se o GT estivesse abrindo uma ferida profunda que não foi cicatrizada, mas que todos querem esquecer. Ao mesmo tempo, como não foi tomada nenhuma providência para se reverter a situação instalada logo no início, que se consolidou ao longo dos anos, foi mais fácil e cômodo torná-la invisível e naturalizada do que realizar uma revisão crítica das decisões e das políticas adotadas no passado.

Apesar da sua importância extraordinária, o evento da Frente de Atração e suas consequências ainda não haviam sido narrados em maior profundidade, tarefa assumida pelo GT depois de colher depoimentos de vários atores envolvidos, principalmente os dos próprios Avá-Canoeiro, e analisar as contradições surpreendentes dos mesmos em relação aos informes produzidos pela Funai na época (Rodrigues, 2012). A construção de uma imagem heroica e romântica da empreitada foi feita em entrevistas de Apoena Meirelles à grande imprensa,²⁴ em que a captura dos Avá-Canoeiro foi descrita como uma vitória do Estado, e nos informativos da Funai sobre o ocorrido, os quais não correspondem à realidade.²⁵ A forma como o “contato” foi realizado foi muito mais brutal do que aparece nos boletins oficiais da época, que tentam ostensivamente engrandecer o feito dos sertanistas e ocultar a violência dos procedimentos adotados.

O sertanista optou pela abordagem de surpresa, técnica considerada suicida, depois de um mês apenas de atuação em campo, o que foi justificado em razão das “péssimas condições de sobrevivência” em uma “região desconhecida”.²⁶ Depois de “três dias passados no Capão do Diabo”, nome jocoso com o qual foi batizado o Capão de Areia, onde a água era de “tão péssimo sabor” que tinham que “adicionar sal de frutas” para bebê-la, optou-se por abordar os índios de supetão, uma vez que os Avá-Canoeiro não haviam recolhido os brindes da Frente de Atração. Os relatórios de Israel Praxedes Batista, contudo, indicavam que, apesar da resistência dos Avá, eles estavam recolhendo os brindes ofertados pela equipe da Funai, como os próprios índios se lembram, embora sem saber de quem eram (Rodrigues, 2012). Em outras palavras, talvez tivesse sido possível – ninguém pode descartar esta hipótese – realizar o contato por meio da técnica do “namoro”, o que demandaria um tempo que os dirigentes da Funai e da Fazenda Canuanã não estavam dispostos a esperar.

Os moradores regionais, os Javaé e os Avá-Canoeiro lembram muito bem dos quatro xavante que o sertanista convidou para integrar a sua equipe, grupo indígena com o qual ele e seu pai, falecido naquele ano, tinham grande familiaridade (Newlands & Ramos, 2007). Recém-casado, Apoena também tinha ao seu lado a esposa, a antropóloga Denise Maldi Meirelles, que escreveu alguns relatos oficiais (Meirelles, 1973; Meirelles & Meirelles, 1973/1974) e pessoais (Newlands & Ramos, 2007) sobre a experiência. Outro integrante de destaque da equipe oficial era o sertanista “Zé Bell”, amigo e companheiro de longa data de Apoena nas expedições em terras indígenas. As memórias de Denise Maldi, escritas em um estilo literário atraente e às vezes poético, fundindo lembranças pessoais com fatos históricos, são apresentadas no livro organizado pelos jornalistas Lílian Newlands e Aguinaldo Ramos (2007) em homenagem a Apoena Meirelles, depois da sua morte em 2004.

Sobre o célebre, porém pouco esclarecido episódio do “contato”, que ocorreu em um acampamento do rio Caracol, pois os Avá haviam abandonado o Capão de Areia depois de um ataque de peões da Fazenda Canuanã (Rodrigues, 2012), o primeiro Boletim Informativo da Funai (1973:4) informa que o sertanista estava “acompanhado de índios xavante já aculturados” e faz a seguinte descrição fantasiosa:

[...] No início de dezembro, Apoena encontrava-se na Fazenda Canuanã, quando foi chamado por um vaqueiro que lhe informou que havia encontrado restos de um boi recém-abatido. Imediatamente, o sertanista e sua equipe se deslocaram para localizar o novo aldeamento da tribo, que se encontrava

num local seco e muito bonito. Eram cerca de 20 índios. Logo ao amanhecer, Apoena e os índios xavante entraram na aldeia pulando, gritando e levantando as mãos para o alto, mas os Avá-Canoeiro correram para trás dos tapiris e dispararam suas flechas contra o grupo. Uma das primeiras flechadas atingiu o xavante Xidovi, no rosto, mas ninguém reagiu. O xavante caiu sangrando abundantemente e Apoena, então, deu ordem para que todos soltassem os foguetes que traziam consigo. Isso assustou os Avá, que jogaram suas flechas no chão e correram para os tapiris. Mesmo com seu companheiro ferido, os xavante acompanharam Apoena, que correu em direção aos Avá-Canoeiro e os abraçou. Houve sorrisos, risadas e muitos abraços. Enquanto isto, as mulheres, com suas crianças nos braços, bastante assustadas, ficaram observando a cena a uma distância mais segura. Após passar várias horas confraternizando com os índios, Apoena decidiu regressar ao seu acampamento, instalado na Fazenda Canuanã, e insistiu para que alguns índios o acompanhassem. Dois deles, numa demonstração de confiança para com o sertanista e sua equipe, decidiram acompanhá-los, levando, inclusive, uma mulher e seus dois filhos. A caminhada até a Fazenda Canuanã, com cerca de 40 quilômetros, foi muito penosa. A expedição pernitoou num local chamado “Capão de Areia”, e na manhã seguinte seguiu até o acampamento. Durante todo o tempo os Avá-Canoeiro se comportaram bem. Em nenhum momento demonstraram medo, conversando bastante entre si (Funai, 1973:4).

Na verdade, eram apenas onze pessoas (três homens adultos, três mulheres adultas, um adolescente e quatro crianças), das quais cinco fugiram para o mato. Mesmo que não houvesse a versão avá-canoeiro sobre o episódio, que contradiz veementemente os “sorrisos”, as “risadas” e os “abraços”, o teor do Boletim é por si só inverossímil. Levando-se em consideração todo o contexto histórico de massacres e perseguições que transformaram os Avá-Canoeiro em especialistas em fugas repentinas, sendo eles cultural e historicamente resistentes a qualquer aproximação pacífica, é impossível alguém acreditar que os Avá tenham aceitado docilmente a rendição final, ainda mais diante de uma aproximação tão assustadora, feita por desconhecidos armados, gritando, gesticulando, pulando e soltando fogos de artifício.

O que se seguiu à aproximação forçada no acampamento do rio Caracol não foram várias horas de confraternização com os índios, como o próprio Apoena Meirelles desmentiria em suas memórias pessoais muitos anos depois, embora ainda atenuando o que de fato teria ocorrido (Newlands & Ramos, 2007). Hoje se sabe, com base no depoimento dos Avá-Canoeiro, dos Javaé e de antigos

indigenistas da Funai, que a equipe de sertanistas entrou atirando no acampamento, atingindo uma menina avá-canoeiro, que veio a falecer dias depois, na Mata Azul, nos braços de sua mãe. *Tàpywire* foi enterrada por *Agapik*, seu jovem tio, e *Agàek*, seu primo adolescente, em estado de choque, no acampamento de verão do rio Caracol.²⁷ Em 2011, o GT visitou o local de sepultamento de *Tàpywire*, onde outros Avá haviam sido enterrados antes.²⁸

Segundo a versão avá-canoeiro, narrada em detalhes em Rodrigues (2012), depois dos tiros e dos fogos de artifício, parte do grupo conseguiu fugir, enquanto outra parte permaneceu no lugar a contragosto, seguindo a liderança de *Tutawa*, que decidiu se entregar, não porque confiou no sertanista, conforme o boletim, mas porque foi solidário com sua esposa e seu filho pequeno, os mais frágeis do grupo, que haviam sido capturados à força. Os primeiros avá-canoeiro vistos, capturados e amarrados foram *Watuma*, a esposa de *Tutawa*, e sua criança de colo, *Juaga*, em cuja direção alguém atirou um facão.²⁹

Os que ficaram – dois homens (*Tutawa* e seu cunhado, *Tutxi*), uma mulher (*Watuma*) e três crianças (*Juaga*, *Kaukamã* e *Kapoluaga*, filho de *Tutxi* e *Takira*, que conseguiu fugir) – se “comportaram bem” (Funai, 1973:4) porque tiveram suas flechas recolhidas e foram aprisionados, com uma única corda, em fila indiana, durante toda a “penosa” caminhada nas savanas inundadas até o Capão de Areia, onde a equipe havia montado seu acampamento-base depois de encontrar os rastros dos Avá-Canoeiro (Rodrigues, 2012). Logo depois, os índios foram levados a pé e ainda amarrados até a distante sede da Fazenda Canuanã. Rendidos finalmente depois de décadas de resistência tenaz aos inimigos, esperando apenas a morte, conforme lembram os Avá-Canoeiro, o grupo permaneceu em silêncio, sob o comando de *Tutawa*, e se recusou a aceitar a comida oferecida inicialmente no Capão de Areia.

Vários javaé, que já eram adultos na época, contaram ao GT que os Avá-Canoeiro foram “laçados” ou “pegos na marra” pela equipe da Funai com a ajuda dos Xavante, ocasião em que a menina *Kaukamã* tentou morder todos os que se aproximavam dela, fato que teria dado origem ao seu apelido pejorativo. Alguns javaé viram pessoalmente os Avá-Canoeiro amarrados e um deles relatou este fato no filme “Avá-Canoeiro, a Teia do Povo Invisível”, de Mara Moreira (2006).³⁰

É notável, entretanto, que a narrativa oficial, o noticiário da época e muitos dos relatos que se ouvem ainda hoje em dia na região, inspirados pela versão da equipe da Funai, tendam a enfatizar apenas que um xavante foi atingido no nariz por uma flecha avá-canoeiro, o qual foi imediatamente socorrido e sobreviveu. O desmentido – embora parcial – de que a realidade não foi tão heroica ou idílica assim quanto os documentos oficiais quiseram fazer crer veio do próprio Apoena

Meirelles (Newlands & Ramos, 2007), muitos anos depois, cujas memórias contradizem os documentos oficiais da época da Frente de Atração. O sertanista lembra-se que os Xavante quiseram matar os Avá-Canoeiro depois que Barbosa Sidovi foi ferido no nariz.

[...] O momento mais difícil que enfrentamos após o contato, com o xavante Barbosa ferido no nariz e sangrando muito, foi convencer o mais velho dos xavantes, o líder Massé, a não matar os Avá-Canoeiros. Tive que fazer um pacto de honra com o velho guerreiro Massé – já com o rifle engatilhado – e os outros dois xavantes também em posição de ataque. Pedi que me dessem um prazo porque iríamos precisar dos homens avá para transportar o Barbosa na rede. Estávamos longe e tínhamos que caminhar dia e noite. O acordo foi firmado: se o Barbosa morresse, os Xavantes matariam os Avá. Era palavra de Xavante contra Xavante. Foram momentos terríveis. Eu olhava os Avá que caminhavam conosco, inocentes, os olhares que eram só interrogação: “o que farão com a gente?”, aqueles olhares me incomodavam mais do que o revólver do Massé. Me incomodavam mais do que o meu próprio revólver, que eu dei para Massé levar, sempre engatilhado. [...]. E Massé não parava de falar: “se ele morrer, canoeiro morre também”. A hemorragia do Barbosa estancou. Chegamos todos vivos ao local onde estavam as nossas montarias e partimos para a sede da fazenda (Newlands & Ramos, 2007:68).

A brutalidade desses fatos – em que os Avá-Canoeiro se viram rendidos sob a mira das armas de fogo de seus caçadores por horas intermináveis, com a certeza da morte – desmente, por si só, qualquer descrição de uma relação cordial que tivesse ocorrido durante e depois da aproximação forçada. A narrativa transfere a responsabilidade dos “momentos terríveis” exclusivamente aos Xavante, que foram levados a desempenhar o papel de caçadores de outros índios, com consequências trágicas para os dois grupos.³¹

Não há nenhuma foto dos índios no momento seguinte ao contato, ainda na mata, o que é surpreendente, já que o relato oficial descreve uma prolongada “confraternização” entre a equipe da Funai e os Avá-Canoeiro (Funai, 1973). Se havia uma máquina fotográfica para tirar fotos das redes dos índios e uma relação de paz estabelecida, por que o boletim não traz as fotos da “pacificação”, que seriam as mais significativas de todas, como em outras Frentes de Atração?

Os Avá-Canoeiro se recordam que o primeiro lugar em que eles arrancharam na sede da fazenda foi embaixo dos pés de manga que existem até hoje, perto do campo de aviação (Rodrigues, 2012). *Watuma* estava em pânico e propôs

novamente uma fuga aos outros, mas eles desistiram, pois eram vigiados por alguns javaé e pelo vaqueiro Jacó, que havia liderado um dos ataques aos índios na Mata Azul. Segundo os Avá, alguns javaé participaram da empreitada de caça aos índios, assim como os Xavante, embora este fato não seja mencionado nos informes oficiais.

Também não condiz com a realidade a informação de que os Avá-Canoeiro agiram com “naturalidade” ou que se sentiram “à vontade” logo depois que chegaram à sede da fazenda, conforme foi narrado por Denise Maldini (Newlands & Ramos, 2007:65-66) em mais de uma ocasião. Os Javaé e os moradores regionais, que vieram de cidades, fazendas e outros locais, dentro e fora da ilha do Bananal, testemunharam que, nos primeiros dias, os Avá-Canoeiro ficaram dentro do quintal cercado de uma pequena farmácia, onde eram espiados com muita curiosidade pelos visitantes, que se revezavam sem parar para ver “os índios pelados e presos” (Rodrigues, 2012). O quintal da farmácia da Fazenda Canuanã, de responsabilidade de Alano, era feito de alambrados, postes de cimento altos com arames farpados na parte superior, conforme foi lembrado por um antigo funcionário da Fazenda Canuanã ao GT, que compreendeu a cena como o momento em que os índios foram cercados por seus “domadores”.

A linguagem utilizada pelo informante resume com precisão o modo como os regionais interpretaram o espetáculo protagonizado pela Frente de Atração, pois os índios foram caçados, capturados, amarrados e aprisionados em uma espécie de jaula a céu aberto pelos agentes públicos, os quais foram confundidos pelos espectadores presentes com domadores de animais de circo ou de um zoológico. Um dos antigos moradores da ilha do Bananal disse ao GT que viu pessoalmente os Javaé atuando como “guardas” dos Avá-Canoeiro que estavam dentro do cercado da fazenda. Ele lembrava especialmente de uma mulher mais velha e de um garoto de cerca de 8 anos, os quais “mordiam os outros” que tentavam pegá-los “para amansar”.

Os Avá-Canoeiro, por sua vez, se recordam que, algum tempo depois, foram colocados em uma canoa e levados ao extinto povoado Barreira do Pequi para reviver a mesma exposição pública durante um dia inteiro, sentindo um misto de medo, vergonha e humilhação.

Como acreditar que os índios “adaptaram-se muito bem ao convívio com os habitantes da fazenda” (Meirelles, 1973:11), com “notável naturalidade” (Meirelles & Meirelles, 1973/1974:20), se no lugar residiam os mesmos vaqueiros que tentaram matá-los em várias ocasiões e que foram reconhecidos pelos índios, como o próprio Apoena relatou em um radiograma ao general Ismarth de Oliveira, então superintendente administrativo da Funai, solicitando

autorização para prendê-los (Newlands & Ramos, 2007)? A própria equipe de sertanistas averiguou que um avá tinha uma “bala encravada na altura do omoplata” em razão dos choques anteriores com os fazendeiros (Newlands & Ramos, 2007:60). Os suspeitos não só não foram presos, como um deles tornou-se integrante da equipe, a convite da Funai, que realizou a atração do grupo fugitivo cerca de seis meses depois (Rodrigues, 2012).³²

Os sobreviventes foram transferidos para uma casa de alvenaria da fazenda, onde dormiam sobre o chão de cimento, abraçando-se uns aos outros para se aquecerem nas noites frias. As mulheres foram vítimas de tentativa de abuso sexual por parte de funcionários da fazenda, o que foi rechaçado veementemente pelos homens do grupo. E ao contrário da informação exagerada e tendenciosa da imprensa de que os índios comiam um boi da fazenda a cada três dias (ver Toral, 1984/1985), os Avá-Canoeiro recebiam apenas arroz e farinha, comendo carne esporadicamente. A partir de então, a principal meta da Frente de Atração passou a ser motivar os índios contatados a atrair o pequeno grupo que havia fugido para a Mata Azul.³³

O “amansamento”

Mesmo distante do Araguaia, Apoena Meirelles continuou opinando a respeito do destino dos Avá-Canoeiro. Em uma “exposição” de 14 de janeiro de 1974 ao general Ismarth de Oliveira, o sertanista sugere que José do Carmo Santana, o Zé Bell, passasse a comandar a Frente de Atração em campo.³⁴ A segunda sugestão era a de que “três índios da GRIN” ficassem “subordinados” ao chefe da expedição. As duas sugestões foram aceitas e colocadas em prática.

A GRIN era a Guarda Rural Indígena, “instituição militar criada pela Funai, através de portaria de 1969, com a finalidade de realizar o policiamento ostensivo das áreas reservadas aos índios pelos próprios índios” (Freitas, 2004:190). Cerca de cem índios, entre os quais se incluíam os Karajá e Javaé, foram treinados como “soldados” em um quartel da Polícia Militar de Minas Gerais, fardados e armados, durante os governos militares. Além da formação militar autoritária dos Javaé que foram recrutados, havia a questão mais grave ainda do conflito étnico histórico e ao mesmo tempo recente entre os dois grupos, com mortes dos dois lados. O que se seguiu, apesar das recomendações do sertanista para que se atendesse aos Avá com “alimentos, bom tratamento, paciência e amizade”, foi que os Javaé da GRIN tornaram-se, na prática, a sua guarda policial. A GRIN vigiou ostensivamente os Avá-Canoeiro como policiais vigiam criminosos, em uma situação de submissão dos Avá-Canoeiro aos seus antigos inimigos fomentada pelo próprio Estado.

Passada a euforia da imprensa com o contato (ver Toral, 1984/1985), a Fazenda Canuanã comunicou ao órgão indigenista, depois de quatro meses, que não iria mais alimentar os Avá-Canoeiro.³⁵ Diante da recusa da própria Funai central em alimentá-los também,³⁶ a Frente de Atração removeu os Avá-Canoeiro da sede da fazenda em maio de 1974 e transferiu-os para um acampamento junto ao lago da Mata Azul, o qual serviria de base para se localizar o grupo de fugitivos. Os Avá-Canoeiro passaram a ser acompanhados cotidianamente por Zé Bell, já falecido, e o auxiliar de sertanista João Batista Cruz Araújo, conhecido como Batista Tuxá, que deu um importante depoimento ao GT em 2009 (Rodrigues, 2012).

A equipe decidiu esperar a estação seca e, em junho de 1974, depois de 15 a 20 dias de buscas, Zé Bell conseguiu fazer o segundo contato oficial com os Avá-Canoeiro. Zé Bell, Batista e *Tutawa* atravessaram o lago da Mata Azul e localizaram o “local de dormida” dos índios a vários quilômetros depois do lago. No lugar havia uma pequena armação de madeira coberta com folhas. Segundo Batista Tuxá, “quando os sertanistas se aproximaram, os Avá-Canoeiro correram”. *Tutawa* pediu então para a equipe ir embora, “pois ele queria ir sozinho atrás dos Avá-Canoeiro. No outro dia, *Tutawa* reapareceu com o grupo” de fugitivos.

Dos cinco que fugiram em dezembro de 1973, Zé Bell encontrou apenas quatro: as mulheres *Tuakire* e *Kaganego* (irmãs de *Tutawa*) e os homens *Agapik* e *Agàek* (irmão e filho de *Tutawa*), pois a menina *Tàpywire*, filha de *Tuakire*, havia morrido baleada pela Frente de Atração. De Zé Bell, Batista Tuxá ouviu apenas a versão oficial a esse respeito, ou seja, que não morreu ninguém no episódio da captura e que a equipe não disparou mais do que fogos de artifício.

Os Avá-Canoeiro não mencionaram Zé Bell nenhuma vez ao GT, lembrando apenas da presença de Batista Tuxá e de Jacó (ou Socó), “que trabalhava junto com o Batista” e anos antes havia liderado os ataques dos vaqueiros da Fazenda Canuanã aos índios da Mata Azul. O funcionário da fazenda passou a integrar a Frente de Atração e, posteriormente, deu uma espingarda a *Tutawa* e batizou o menino *Juaga* com o apelido “Putxikao”, que virou seu nome mais conhecido desde então.

O último Boletim Informativo da Funai (1974) sobre os Avá-Canoeiro do Araguaia trata desse segundo contato, mas mantém a mesma linha mistificadora dos seus precedentes. “Agora, depois dos primeiros contatos com a Funai, os Avá-Canoeiros aceitaram a oferta de um pouso certo. A Funai pretende dar a esses índios o lugar seguro que há tantos anos buscam na permanente fuga” (1974:68). Na época, *Tutawa* teria entendido que, se encontrasse o grupo fugitivo, os Avá-Canoeiro teriam direito ao seu território e a viver em paz na Mata Azul, o que nunca ocorreu.

O novo grupo foi examinado no dia 28 de junho por uma equipe de saúde,³⁷ que constatou que o adolescente *Agàek* estava “raqúitico e portando resfriado comum e uma conjuntivite”. Uma das duas mulheres (*Tuakire*) estava “desidratada e com resfriado comum”, enquanto a outra (*Kaganego*) apresentava um quadro de “disfunção hormonal”, pois não tinha os seios desenvolvidos. O outro jovem adulto (*Agapik*) “encontrava-se em bom estado geral”. *Agàek*, o único sobrevivente desse grupo, lembra que seus parentes viveram em condições críticas de sobrevivência na mata, com restrições alimentares mais acentuadas ainda, devido ao pavor de serem capturados, as quais foram suportadas de modo diferente por cada um deles (Rodrigues, 2012).

Cerca de um mês depois, a mesma equipe realizou uma viagem de emergência ao acampamento dos Avá-Canoeiro recém-contatados. Segundo o relatório do Dr. Jader Barbosa de Vasconcelos:³⁸

[...] Encontramos quatro índios em estado geral de prostração, desidratados, tosse com secreção, febre alta, sudorese e mucosas descoradas, hepatoesplenomegalia, dores intensas no epigástrico, astenia, adinamia, inapetência, calafrios, náuseas, vômitos, cefaleia, áreas pulmonares com roncões e estertores. Os outro quatro – com tosse e um pouco de coriza.

No primeiro mês após a rendição final, os Avá-Canoeiro estavam em choque intenso e em estado de saúde deplorável. Medicados à força com agulhas e outros objetos de um universo desconhecido, ainda que com “paciência, carinho, dedicação e persistência”, nas palavras do médico, a experiência foi um ingrediente a mais no trauma da captura. Os remanescentes do “contato” passaram a ter grande desconfiança e resistência ao atendimento prestado por profissionais da saúde, o que foi agravado por outros episódios e se mantém até os dias de hoje.

A partir de então, em meados de 1974, todos os Avá-Canoeiro passaram a viver no acampamento do lago da Mata Azul, sob a supervisão de Batista Tuxá. O boletim oficial (Funai, 1974:72) informava que “agora são oito os Avá-Canoeiros que vivem junto ao Posto de Atração da Funai no Lago Azul: dois homens, três mulheres, dois adolescentes e um menino” (*Tutawa*, *Agapik*, *Tuakire*, *Watuma*, *Kaganego*, *Agàek*, *Kaukamã* e *Juaga*, respectivamente).

O informativo omitia completamente o desaparecimento de duas pessoas (*Tutxi* e *Kapoluaga*) durante o período em que os Avá-Canoeiro moraram na sede da fazenda. Segundo a versão que se ouve correntemente até hoje,³⁹ *Tutxi*, ex-marido de *Tuakire*, teria morrido de pneumonia em Goiânia, onde foi enterrado depois de contrair uma gripe para a qual não tinha imunidade. A contaminação

pode ter ocorrido na fazenda onde ficaram vivendo, ou na aldeia Canoanã, para onde foram levados pela equipe da Funai para visitar os Javaé, logo depois da captura, sendo expostos a doenças para as quais eram vulneráveis.⁴⁰ Posteriormente, conforme foi aumentando o vínculo de confiança com o GT, os Avá disseram que *Tutxi* foi atingido violentamente com um remo no ouvido por um javaé, depois de ter se recusado a atender a uma ordem, vindo a falecer depois em Goiânia. Seu corpo, entretanto, nunca foi devolvido aos seus parentes.

O boletim omitia também a ausência do menino *Kapoluaga*, de cerca de 8 anos, um dos filhos de *Tuakire* e *Tutxi*, cujas fotos aparecem nos outros dois boletins oficiais sobre o primeiro contato.⁴¹ A esse respeito, há um mistério ainda a ser desvendado, pois os Avá-Canoeiro se incomodam em falar do destino de *Kapoluaga* até hoje, informando apenas que ele “foi assassinado”, sem esclarecer em quais circunstâncias, ao contrário das inúmeras outras mortes relatadas. A essa altura, a sobrevivente *Tuakire*, que ficou conhecida como “Tatia”, havia perdido o ex-marido e os três filhos assassinados (*Agatik*, *Tàpywire* e *Kapoluaga*).

No acampamento do lago da Mata Azul morreria o outro irmão de *Tutawa*, o belo e jovem *Agapik*, de pneumonia (Rodrigues, 2012). Batista Tuxá se recorda que os funcionários “tentaram salvá-lo”, chamando um médico de Goiânia, mas não conseguiram. Segundo os Avá-Canoeiro, ele morreu com “diarreia de sangue”, recusando-se a tomar os remédios oferecidos por Batista. “Todos os Avá-Canoeiro choraram muito” durante o enterro de *Agapik*.

Depois do segundo contato, a equipe da Funai continuou a ser auxiliada pelos soldados Javaé da GRIN – os antigos inimigos dos Avá-Canoeiro – na tarefa de “proteger” os Avá, eufemismo utilizado para designar o serviço que vários javaé compreenderam como o de “amansar” seus antigos adversários, nas suas próprias palavras, ensinando a comer sal e a utilizar roupas, entre outras novidades, e estabelecendo dali em diante uma violenta relação de dominação e subordinação, conforme os dois grupos lembram muito bem (Rodrigues, 2012).⁴² Embora não pensassem mais em fugir desde o início do contato forçado, nos primeiros tempos do acampamento, os Avá-Canoeiro, aterrorizados, tinham a certeza de que iriam ser mortos ao final, pois os Javaé atiravam para o alto em tom de ameaça. A morte do grupo teria sido evitada, segundo a interpretação deles, pela presença de Batista Tuxá. Os Avá-Canoeiro continuaram caçando e, depois, passaram a acompanhar os Javaé em pescarias, aprendendo com eles a pescar e a se alimentar de peixes.

Os fatos relacionados ao tempo em que permaneceram morando nos acampamentos de verão e inverno da Mata Azul, por cerca de um ano e meio, compõem uma memória traumática dos Avá-Canoeiro, cujos membros mais velhos

ainda têm dificuldades de falar a respeito. Só em 2011, durante a audiência oficial na Comissão de Anistia, dois anos depois do primeiro trabalho de campo com o GT, os remanescentes da captura se encorajaram a falar sobre algumas das violências sofridas nesse período.

[...] Minha mãe está contando que quando eles [os Javaé] estavam lá com eles [os Avá-Canoeiro], eles andavam sempre armados e vestidos igual o soldado veste. E todas as vezes que eles [os Avá-Canoeiro] iam levantar, eles [os Javaé] davam um tiro para o alto para eles continuarem sentados. É como se diz, eles [os Avá-Canoeiro] ficavam de castigo, igual a um policial que está cuidando de um preso, se ele levanta, ele olha de cara fechada porque tem que sentar, tem que obedecer a ele, então isso que aconteceu. Como que os índios iam saber como que tinha que cuidar dos outros? Com certeza eles foram treinados para fazer aquilo que eles estavam fazendo [Angélica Tapywire].⁴³

Em outro momento de grande desconforto durante o depoimento, foi revelado em público, pela primeira vez, que as mulheres foram vítimas de estupro durante esse período, tanto por parte dos brancos quanto dos Javaé, que têm uma tradição de estupro coletivos punitivos em determinados contextos rituais (Rodrigues, 2008b), ocasião em que os homens Avá foram ameaçados de morte e não puderam reagir. Dado o constrangimento dos Avá-Canoeiro com o assunto, que só veio à tona em razão da excepcionalidade do momento, o GT não abordou o tema posteriormente, não tendo a oportunidade de esclarecer em maiores detalhes quem foram exatamente as pessoas que participaram desses episódios e como se deu essa participação.

Zé Bell permaneceu no Araguaia até dezembro de 1975. Quando foi embora, Batista Tuxá tornou-se o chefe dos acampamentos, embora tenha continuado na função de “auxiliar de sertanista”, subordinado ao chefe do Posto Indígena Canoanã, Albertino Soares. Logo a seguir, em janeiro de 1976, como lembra Batista, veio a ordem da 7ª Delegacia Regional da Funai, em Goiânia, para transferir os índios para a aldeia Canoanã, o que foi cumprido à risca. A Frente de Atração foi desativada e, como já disse Toral (1984/1985:321), “o único recurso destinado especificamente aos Avá-Canoeiro foi aquele referente ao pagamento do salário” de Batista Tuxá a partir de então. O chefe do posto fez uma reunião com os Javaé comunicando que recebera uma determinação de Goiânia e os Javaé tiveram que aceitá-la, simplesmente.

A essa altura, depois de dois anos de contato, os índios “amansados” não despertavam mais o interesse da grande imprensa (Toral, 1984/1985; Tosta,

1997) e a ideia inicial de Apoena, de transferir os Avá-Canoeiro para um lugar mais isolado na ilha do Bananal,⁴⁴ havia sido completamente descartada. Em um contexto politicamente complexo, pois o Posto Indígena Canoanã era um tenso aglomerado de facções e parentelas remanescentes das grandes aldeias javaé (Toral, 1992), os Avá-Canoeiro, que também não foram consultados, foram sumariamente transferidos para a periferia da aldeia javaé, no lado “rio abaixo”, de nenhum prestígio, destinado aos “outros” em geral, como não índios e outras etnias (ver Toral, 1992; Rodrigues, 2008b).

Os primeiros tempos em Canoanã foram de profunda depressão para *Watuma* e *Kaganego*, a esposa e a irmã de *Tutawa*, respectivamente, que logo morreram doentes, recusando-se a ser medicadas, conforme os Avá lembram. As duas foram enterradas no cemitério javaé de Canoanã, restando apenas cinco membros do povo *Áwa* em 1976.

Os efeitos da “atração” até então haviam sido desastrosos: dos 11 Avá-Canoeiro que viviam na Mata Azul quando a Frente de Atração chegou ao Araguaia, seis faleceram ou desapareceram nos três primeiros anos depois do contato. As causas da morte, com exceção do menino *Kapoluaga*, cujo destino é desconhecido, estão estreitamente relacionadas à atuação direta da Frente de Atração ou às consequências dos seus atos:

Tapywire (filha de *Tuakire* e *Tutxi*): baleada pela Frente de Atração no rio Caracol

Kapoluaga (filho de *Tuakire* e *Tutxi*): assassinado em circunstâncias desconhecidas

Tutxi (cunhado de *Tutawa*): pneumonia contraída na Fazenda Canoanã ou violência cometida por um javaé

Agapik (irmão mais novo de *Tutawa*): pneumonia contraída na Fazenda Canoanã

Watuma (esposa de *Tutawa*): doença contraída na aldeia Canoanã

Kaganego (irmã mais nova de *Tutawa*): doença contraída na aldeia Canoanã

Diante desses resultados, é admirável que Toral (1984/1985:318) considerasse que “a desativação da frente de atração do Araguaia” representava uma “ameaça à sobrevivência” dos Avá “ainda sem contato”, defendendo vigorosamente a sua ativação. A atuação fulminante do Estado neste caso foi tão ou mais devastadora para os Avá-Canoeiro do que aquela empreendida pelos moradores regionais e grandes proprietários há décadas. Os que restaram passaram a sobreviver em condições críticas para um ser humano.

O tempo do cativo

O resultado prático da “atração” foi que os Avá-Canoeiro perderam definitivamente a sua mínima autonomia e as terras que ocupavam, de interesse também dos Javaé, para latifúndios. Na aldeia Canoanã, onde a maior parte do grupo mora até hoje, os Avá-Canoeiro passaram a viver como “derrotados” em condições graves de degradação física e moral, sofrendo severas restrições alimentares, segregação, marginalização social e constrangimentos de natureza variada. Embora a “derrota” tenha sido uma imposição arbitrária e autoritária do Estado, condizente com o contexto político nacional da época, os Avá-Canoeiro, ao que tudo indica, foram assimilados culturalmente pelos Javaé à tradicional categoria dos *wetxu*, referente aos inimigos que eram derrotados em guerra e se tornavam cativos dos vencedores (Rodrigues, 2008b, 2012). Nessa posição de subalternidade, os *Kyrusa*, termo pejorativo como os Avá são conhecidos pelos Javaé, foram incorporados como seres humanos inferiores ou não plenamente humanos.

Os Avá-Canoeiro, por sua vez, como mostra um mito narrado ao GT, também se veem como cativos na “aldeia dos inimigos”, conceito que deve ser entendido de forma mais abrangente, estendendo-se espacial e temporalmente ao mundo dos brancos. A vida no cativo é percebida, no entanto, como uma situação temporária, ainda que venha se arrastando por 40 anos, pois os *Áwa* têm certeza de que no futuro retornarão ao seu território tradicional. Enquanto esse futuro de autonomia política e territorial não chega, o cativo é um eterno presente desde a captura na Mata Azul, em que se repetem as mesmas condições de opressão, privação, assimetria e humilhação instauradas com o “contato”.

Os que passaram a viver na aldeia Canoanã (*Tutawa* e sua irmã *Tuakire*, na meia-idade, e os filhos de *Tutawa*: *Agàek* e *Kaukamã*, recém-entrados na adolescência, e *Juaga*, uma criança) nunca foram aceitos como parceiros de casamento pelos Javaé, mantendo-se praticamente no celibato ou sujeitos a relacionamentos breves, violentos e estigmatizados. Considerado como um “cativo da comunidade”, foi imposta a *Agàek*, desde muito jovem, a realização de trabalhos braçais diversos, os quais são recompensados basicamente, até hoje, com litros de cachaça e, eventualmente, com pratos de comida. Além dos apelidos pejorativos, os Avá-Canoeiro sofrem assédio moral nas situações de conflito interétnico, quando são lembrados de uma suposta condição humana inferior e instados a voltar para o “mato” de onde vieram, entre outros exemplos. Durante décadas, eles ficaram à margem da intensa vida cerimonial javaé, dos recursos econômicos e das decisões importantes da coletividade.

Em terra alheia, os Avá-Canoeiro passaram a viver em uma situação de

tensão permanente, dependendo da permissão de outros (índios e brancos) para realizar suas atividades produtivas. O grupo sofreu crescentes impedimentos dos não índios para continuar caçando e coletando na região da Mata Azul, na margem direita do rio Javaés, apesar da presença de Batista Tuxá junto aos Avá até 1986. Na margem esquerda do rio, o grupo não obteve autorização dos Javaé para praticar a agricultura nas escassas terras secas ao redor de Canoanã. Os sobreviventes de um povo de exímios caçadores chegaram a comer ratos na aldeia e mendigavam restos de comida nas casas de funcionários da Funai, conforme foi testemunhado por Toral (1984/1985). As crianças que nasceram não foram incluídas pela comunidade dominante e, até hoje, os Javaé alcoolizados atiram pedras nas casas dos Avá-Canoeiro todas as noites.

Nos anos 90, fato de conhecimento público na região, em troca de os Avá-Canoeiro cessarem o abate de gado ocasional, a Fundação Bradesco ofereceu a eles pão e leite diário e autorização para coletar as cabeças de bois e porcos que são destinadas ao lixo. Há vários anos, conforme foi presenciado e fotografado pela bióloga do GT (Rodrigues, 2011, 2012; Ferraz, 2012), os Avá recolhem alimentos e bens de consumo no lixão da fazenda-escola, instalado em antiga área de caça e coleta do grupo (Rodrigues, 2012). Algumas crianças e adolescentes javaé e avá-canoeiro estudam na Fundação Bradesco, escola em regime de internato bastante disputada pela população regional de baixa renda.

Em 1994, o jovem e inteligente *Juaga* – que foi o responsável pelas primeiras comunicações mais fluentes entre os Avá-Canoeiro e o restante do mundo, aprendendo a falar a língua nativa, o dialeto javaé e o português ainda criança – faleceu com suspeita de contaminação por agrotóxicos nas extensas plantações de arroz irrigado do Projeto Formoso, onde trabalhava (Pedroso, 2006). As outras duas mortes, em 2006, da já idosa *Tuakire*, e em 2011, de uma neta de *Tutawa*, pré-adolescente, estiveram associadas a um grave quadro de desnutrição e anemia (Rodrigues, 2012).

A marginalização social dos Avá-Canoeiro foi reforçada de vários modos pelas agências de Estado, como Funasa e Funai, que não atendiam aos seus pleitos em condições de igualdade com os outros grupos étnicos. Diferentemente dos Javaé, os Avá-Canoeiro nunca haviam sido recebidos pelo órgão indigenista até 2011, um ano depois que a situação até certo ponto invisível dos Avá-Canoeiro do Araguaia foi levada ao conhecimento das instituições diretamente envolvidas ou interessadas na questão indígena.⁴⁵ Diante da situação de extrema vulnerabilidade do grupo e admitindo a necessidade de uma reparação pelos erros cometidos no passado, em 19 de abril de 2012, a Funai reconheceu a tradicionalidade da Terra Indígena Taego ãwa (ver Mapa 2), que, no entanto, ainda está ocupada

por fazendas e um assentamento do Incra. Paralelamente, ainda em 2011, a Procuradoria da República do Tocantins entrou com uma ação judicial contra o Estado brasileiro e a Funai solicitando uma indenização por danos morais e materiais ao povo Avá-Canoeiro. A ação ainda está em andamento, mas já obteve uma primeira decisão favorável da Justiça Federal.

Depois da transferência compulsória para a aldeia Canoanã, a relação com o Estado alternou entre o abandono completo, por um lado, e a interferência autoritária, por outro, quando o grupo do Araguaia foi estimulado continuamente, por mais de 20 anos, a se transferir para a Terra Indígena Avá-Canoeiro, junto ao rio Tocantins, por iniciativa do Programa Avá-Canoeiro do Tocantins (Pacto, 1992).

O programa, analisado criticamente por Tosta (1997) e Teófilo da Silva (2005), foi elaborado por pesquisadores e indigenistas como resultado de um convênio indenizatório e milionário entre a Funai e a empresa Furnas, depois que esta última iniciou a construção da hidrelétrica de Serra da Mesa, na década de 80, e inundou parte da Terra Indígena Avá-Canoeiro, em Minaçu (GO), onde habitavam os seis sobreviventes dos Avá-Canoeiro do rio Tocantins, contatados em 1983.⁴⁶ Baseado na equivocada premissa de “salvar o grupo da extinção”, como parte da compensação de Furnas pelo impacto incomensurável sobre o meio ambiente local e sobre os Avá-Canoeiro, o Pacto instituiu como meta principal a “reunificação” dos Avá-Canoeiro do Araguaia aos do Tocantins, apesar de estarem separados historicamente há cerca de 160 anos e de não reconhecerem vínculos de qualquer natureza entre si.⁴⁷ E apesar de ser vedada, pela Constituição brasileira, a remoção de povos indígenas de suas terras, o que seria, caso concretizada, uma segunda violência contra os Avá-Canoeiro do Araguaia, que foram transferidos de suas terras, pela primeira vez, em 1976.

A despeito do repúdio manifestado pelos dois grupos avá-Canoeiro,⁴⁸ os operadores do convênio oficial insistiram nesse objetivo até recentemente, o que inclui o casamento entre pessoas do Araguaia com pessoas do Tocantins, a fim de que os Avá-Canoeiro se casem exclusivamente entre si, como em uma autêntica ideologia racista.⁴⁹ Como se trata de uma iniciativa externa e contrária ao desejo do grupo, estimulada e manipulada pelos agentes da parceria público-privada, que pressionam os índios a se casarem com parceiros previamente escolhidos, tem-se algo próximo do conceito biológico de “reprodução assistida”, como a que se faz em animais em cativeiro, uma vez que há uma desqualificação explícita da condição humana dos Avá-Canoeiro, que implica um mínimo de autonomia sobre a sua própria reprodução física (ver Teófilo da Silva, 2005; Rodrigues, 2012).

Partindo de outra premissa equivocada, supõe-se que a continuidade de uma sociedade ou etnia se baseie na pureza biológica ou cultural de seus integrantes,

de modo que os filhos dos supostamente “aculturados” Avá-Canoeiro do Araguaia com membros de outras etnias são descritos como incapazes de “reproduzir sua cultura” e como “mestiços”.⁵⁰ Como Tosta (1997) já argumentou, a construção arbitrária da dicotomia entre os “aculturados” do Araguaia e os “exóticos” ou “tradicionais” do Tocantins justificou o abandono completo dos primeiros pelo Estado e a interferência excessiva entre os últimos, como em dois extremos de um mesmo *continuum*.⁵¹

O projeto não alcançou o resultado almejado, pois os Avá-Canoeiro do Araguaia recusaram-se terminantemente a abandonar o seu território tradicional, com o qual mantêm ligações profundas de ordem histórica, política, econômica, cultural, afetiva e espiritual.

Cultura e história

Ao contrário do que a maioria dos trabalhos escritos⁵² e audiovisuais⁵³ sobre os Avá-Canoeiro propagou, duplicando no discurso a tentativa histórica de extermínio do grupo e assim postergando o seu direito a terra, eles não são um grupo ameaçado de “extinção” ou fadado ao extermínio, seja do ponto de vista biológico ou do ponto de vista cultural. Também não são um grupo “aculturado”, que teria sido assimilado ou integrado pelos Javaé ou pela sociedade nacional, modo como os Avá-Canoeiro do rio Araguaia têm sido representados pelos agentes do Estado, pela mídia ou por alguns setores da academia.

Embora seja fundamental trazer à consciência os fatos do passado, talvez seja mais importante no momento ilustrar o modo como as novas gerações têm se reproduzido como Avá-Canoeiro no contexto descrito (Rodrigues, 2012). A resiliência física e cultural dos Avá-Canoeiro é algo que impressiona mais do que o processo de genocídio e a perda da autonomia que os acompanha há séculos. A única pessoa que se reproduziu depois do contato forçado foi *Kaukamã*, que teve seis filhos de breves relacionamentos com os Javaé e, depois, de um casamento com um tuxá. Os sobreviventes do contato são apenas três pessoas atualmente, mas o grupo de descendentes, que continuou se reproduzindo com parceiros javaé, tuxá e karajá, soma 21 pessoas (ver lista anexa). Apesar do contexto de forte discriminação, os descendentes do grupo contatado, em crescente expansão, se autoidentificam como Avá-Canoeiro ou são reconhecidos pelo grupo como Avá-Canoeiro. A língua de origem tupi-guarani se mantém viva, assim como importantes conceitos, visões de mundo e práticas culturais, como o xamanismo e a transmissão tradicional dos nomes pessoais, duas das mais importantes formas de resistência cultural dos povos de língua tupi-guarani (Viveiros de Castro, 1986) que os diferenciam dos Javaé e dos brancos,

vinculando-os de modo inequívoco ao povo *Āwa*. A ligação visceral com o território tradicional persistiu nesses anos todos, pois os membros das antigas e das novas gerações continuaram realizando suas atividades produtivas tradicionais (caça e coleta) no território de origem, na medida do possível, apesar de todas as restrições (Ferraz, 2012).

Durante a pesquisa sobre os nomes atuais, o GT tomou consciência, surpresa, de que todas as crianças nascidas após o contato foram batizadas com os nomes dos antepassados mortos durante as décadas de fuga (Rodrigues, 2012). Do mesmo modo, a Terra Indígena *Taego Āwa* foi batizada por *Tutawa* com o nome da sua segunda esposa (*Taego*), a mãe de *Kaukamã*, que foi enterrada no acampamento de verão do rio Caracol, onde o grupo seria capturado posteriormente pela Frente de Atração.

Essa prática pode ser abordada de vários ângulos, todos eles com importantes conotações políticas, culturais e identitárias. O primeiro é constatar que os doadores de nomes tiveram a intenção explícita de perpetuar, por meio das novas gerações, o vínculo com os antepassados e os parentes próximos, o que não condiz com a propagada ideia de que os Avá teriam perdido suas referências culturais e históricas morando na aldeia dos Javaé. A prática pode ser vista também como uma forma política de consolidar uma identidade *Āwa* em uma aldeia de “outros” ou, ainda, como um modo de manter viva a consciência histórica sobre o passado. E pode ser, também, ao que tudo indica, uma forma de manter antigos padrões culturais de nomeação. A antropologia tem acumulado nas últimas décadas todo um conhecimento sobre a importância extraordinária da onomástica indígena nas terras baixas sul-americanas, demonstrando que as práticas relativas ao ato de doar e receber nomes têm um alcance social e cultural muito mais vasto do que o objetivo imediato de individualizar uma pessoa.⁵⁴ A nomeação é comumente uma das mais importantes formas de “construção da pessoa”, em seu sentido social mais amplo, podendo ser associada tanto à formação do corpo, por meio da substância, quanto à sua “alma” e subjetividade.

A onomástica avá-canoeiro vincula-a aos povos Tupi-Guarani, uma vez que há trocas de nomes conforme a fase da vida da pessoa, principalmente no caso dos homens, e uma associação com o xamanismo (Viveiros de Castro, 1986). Sabe-se também que *Tutawa*, que é um *ipaje* (xamã), foi o responsável pela escolha dos nomes das crianças.

Nomes Avá-Canoeiro

Nomes ãwa de cada pessoa	Comentários
<p>Tutawa (“Tutao”) <i>Tuagaik</i> <i>Juare</i> <i>Jaengana</i> <i>Inhamagaik</i> <i>Ijairinara</i></p>	<p><i>Tutawa</i> é o nome de adulto. O seu primeiro nome foi <i>Tuagaik</i>, dado por <i>Tutxi</i>, que casou com a irmã mais velha de <i>Tutawa</i> e faleceu logo depois do contato.</p>
<p>Agàek (“Agadimi”, filho de <i>Tutawa</i>) <i>Ugapawa</i> <i>Ugajamana</i> <i>Juaga</i> <i>Kapèwa</i></p>	<p>Os nomes <i>Agàek</i> e <i>Kapèwa</i> pertenciam ao irmão de <i>Tutawa</i> (filho do mesmo pai e mãe) que morreu à vista de todos quando foi atacado por um macaco guariba e caiu da árvore, antes de o grupo chegar à Mata Azul. Os nomes dele foram dados para o filho de <i>Tutawa</i> quando este último se tornou rapaz.</p>
<p>Kaukamã (“Macaquira”, filha de <i>Tutawa</i>)</p>	<p>Na maioria das vezes, as mulheres têm apenas um nome.</p>
<p>Tuatama (Ciéle, filha de <i>Kaukamã</i>)</p>	<p><i>Tuatama</i>, nome dado à primeira criança nascida após o contato, era um dos nomes da mãe de <i>Tutawa</i>, também conhecida como <i>Wakajego</i> e <i>Kamutaia</i>. Ela morreu atacada por <i>Baiàpogaga</i>, um “espírito da terra”.</p>

<p>Waiakōgo (Davi, filho de <i>Kaukamā</i>) <i>Atyòka</i> <i>Kapuama</i> <i>Wakotxire</i> <i>Jawapinema</i> <i>Tuatik</i></p>	<p>Como todos os homens antigamente, Davi, o primeiro homem nascido depois do contato, tem vários nomes. <i>Waiakōgo</i> é um dos nomes do pai de <i>Tutawa</i>. Ele era o xamã poderoso que liderou o grupo após a travessia do Araguaia e morreu durante a caminhada de fuga.</p>
<p>Tàpywire (Angélica, filha de <i>Kaukamā</i>)</p>	<p><i>Tàpywire</i> é o nome da menina que foi baleada pela Frente de Atração, morrendo poucos dias depois. Ela era filha de <i>Tuakire</i> e <i>Tutxi</i>.</p>
<p>Kamutaia (Sirlene, filha de <i>Kaukamā</i>)</p>	<p><i>Kamutaia</i> era um dos nomes da mãe de <i>Tutawa</i>.</p>
<p>Tapiara (Diego, filho de <i>Kaukamā</i>) <i>Waiakōgo</i></p>	<p><i>Tapiara</i> era um dos irmãos de <i>Tutawa</i>. <i>Waiakōgo</i> é o mesmo nome do pai de <i>Tutawa</i>, dado a Davi antes.</p>
<p>Kaganego (Brena, filha de <i>Kaukamā</i>) <i>Watuma</i></p>	<p><i>Kaganego</i> é o nome da irmã de <i>Tutawa</i> que fazia parte do segundo grupo contatado e que morreu em Canoanã adoentada e deprimida pouco tempo depois. <i>Watuma</i> é o nome da primeira esposa de <i>Tutawa</i>, mãe de <i>Agàek</i> e <i>Juaga</i>, que também morreu e foi enterrada em Canoanã pouco depois da transferência.</p>
<p>Agapik (Edmilson, filho de Ciéle)</p>	<p><i>Agapik</i> é o jovem irmão de <i>Tutawa</i> que liderou o segundo grupo contatado e que foi enterrado no acampamento da Mata Azul montado pela Funai.</p>

Baistura (Edilson, filho de Ciéle)	<i>Baistura</i> é o nome do irmão de <i>Watuma</i> , a primeira esposa de <i>Tutawa</i> , que definhou lentamente depois que uma vaca chifrou-o na cintura, no rio Caracol, ficando com seus órgãos internos à mostra de todos.
Taego (Edilza, filha de Ciéle) <i>Bugaio</i>	<i>Taego</i> e <i>Bugaio</i> eram os nomes da mãe de <i>Kaukamã</i> , segunda esposa de <i>Tutawa</i> , que morreu doente, subitamente, e foi enterrada no acampamento do rio Caracol, onde os Avá-Canoeiro foram capturados.
Kapoluaga (Inácio, filho de Ciéle)	<i>Kapoluaga</i> é o filho de <i>Tuakire</i> (irmã de <i>Tutawa</i>) e <i>Tutxi</i> , cuja foto aparece nos boletins oficiais da Funai depois da captura, mas cujo destino é desconhecido pelo GT.
Tàpywire (Ângela, filha de Davi, falecida em 2011)	<i>Tàpywire</i> é o nome da menina que foi baleada pela Frente de Atração. O nome dela, que já havia sido dado para uma neta de <i>Tutawa</i> , foi dado novamente para alguém da outra geração.
Kumaiari (Cris, filho de Davi)	<i>Kumaiari</i> era irmão de <i>Tuakire</i> .
Tuakire (Jenifer, filha de Davi)	<i>Tuakire</i> e <i>Takira</i> são nomes da irmã mais velha de <i>Tutawa</i> , que fez parte do segundo grupo contatado e morreu em Canoanã, em 2006.
Tuatxima (filha de Davi)	<i>Tuatxima</i> era irmã de <i>Taego</i> , a mãe de <i>Kaukamã</i> .

<i>Juaga</i> (“Putxikao”, filho de Angélica)	<i>Juaga</i> é o nome do filho de <i>Tutawa</i> que morreu com suspeita de envenenamento por agrotóxico em 1994.
<i>Takira</i> (filha de Angélica)	<i>Takira</i> e <i>Tuakire</i> são nomes da irmã de <i>Tutawa</i> falecida em 2006.

Aquele que se depara com a lista de nomes das atuais gerações pode não ter a mais vaga ideia da lógica cultural nativa que orienta a nomenclatura ou se ela tem alguma conexão com princípios tupi-guarani mais gerais ou não, mas fica impressionado com a constatação de que os nomes da maioria dos vivos são os mesmos dos antepassados próximos que morreram durante o processo histórico de fuga, aprisionamento e submissão ao inimigo, a maior parte deles em condições trágicas. A nomeação dos jovens adquire outra dimensão quando inserida nesse contexto histórico e político, como se apenas uma visão histórica de todo o processo do contato fosse capaz de proporcionar uma compreensão mais acurada da onomástica atual. Aqui – e em todo lugar – a “cultura” não pode ser abstraída da “história”.

Chama a atenção também que os dois únicos netos do sexo masculino de *Tutawa* receberam o nome de um famoso xamã, assim como duas bisnetas suas receberam o nome de *Tuakire*, a irmã de *Tutawa* que também era xamã. Dada a importância extraordinária do xamanismo para os povos Tupi-Guarani e, também, para os Avá-Canoeiro, a transmissão do nome de um importante xamã para dois homens da nova geração, principalmente, não pode ser classificada como mera coincidência, merecendo uma investigação mais profunda. Para muitos povos, como os próprios Javaé, o “nome” é capaz de transmitir vários tipos de qualidades de uma pessoa, como preferências, hábitos ou habilidades. Para alguns povos Tupi-Guarani (Viveiros de Castro, 1986), receber o nome-alma de um antepassado equivale a uma espécie de reencarnação dos mortos ou de seres celestes, de modo que é possível que a continuidade do xamanismo seja associada a uma continuidade de certos nomes. Ainda não se sabe sobre a existência de indivíduos xamãs nas novas gerações, o que não significa, em absoluto, que eles já não existam ou não venham a existir. *Juaga*, o filho ainda criança de Angélica, tem apresentado alguns sinais de uma vocação xamânica, segundo os padrões nativos, como a habilidade de cantar durante o sono.

O processo de nomeação dos Avá-Canoeiro do Araguaia indica, no mínimo, uma profunda consciência histórica e política do grupo, que está sendo transmitida para as novas gerações. Além de provavelmente reproduzir padrões culturais antigos, aponta também para uma forma de se recriar e perpetuar a identidade *Āwa* no novo contexto de opressão e casamentos interétnicos, atualizando o vínculo dos novos avá-canoeiro com seus parentes vivos e com seus antepassados. Pode ser visto também como uma forma de memória do passado que não deve ser esquecido, de homenagem e ligação afetiva com os mortos ou de reconhecimento do seu sofrimento e importância para o grupo. Acima de tudo, a nomeação das crianças demonstra ser uma forma notável de resiliência política e ao mesmo tempo cultural no cativo que se pretende temporário, um modo de estabelecer uma continuidade entre o passado e o futuro do povo *Āwa*.

O conceito de resiliência, mais dinâmico e complexo do que o de resistência, que tem um caráter estático de mera oposição a uma situação imposta, baseia-se em uma mediação permanente e criativa entre o passado pré-contato e o presente, entre a tradição herdada e a situação de dominação, entre as categorias culturais nativas e as novas relações de poder incontestáveis (ver Albert & Ramos, 2000). Os Avá-Canoeiro do Araguaia não são percebidos aqui como uma sociedade esvaziada, que perdeu seu conteúdo e sua forma originais diante de um poder absoluto,⁵⁵ mas como um povo que tem demonstrado ter mecanismos próprios – mesmo em uma situação-limite – para “atuar”⁵⁶ sobre uma conjuntura desfavorável a partir de estruturas sociais e cosmológicas ancestrais. O modo como os Avá-Canoeiro lidam com a opressão a que foram e ainda estão submetidos é indissociável do aparato cultural que os guiou e os orientou até hoje.⁵⁷

Um exemplo da mediação feita entre a cultura herdada e a situação histórica de dominação é a interpretação nativa do contato a partir de um mito profético que explica a opressão e, ao mesmo tempo, oferece uma perspectiva de transcendência.⁵⁸ A história dos antepassados é narrada pelos *Āwa* do Araguaia (Rodrigues, 2012) em termos de um contraste entre um passado pleno de movimentações espaciais e transformações históricas, associado a uma postura ativa de enfrentamento aos colonizadores, ainda que em condições assimétricas, e um presente contínuo e eterno, quase estagnado, que se instalou desde o evento crítico da captura, associado a um contexto de subordinação permanente aos antigos inimigos (o que inclui índios e brancos). É como se “antes” houvesse realmente uma História protagonizada pelos Avá-Canoeiro, ainda que em um contexto de fuga, e “depois” houvesse apenas uma melancólica repetição de um fato único, que é a situação de ser cativo em terra alheia.

Em seu relato à bióloga Luciana Ferraz, *Agàek* revelou que os antepassados míticos dos *Ãwa* foram capturados por inimigos em uma determinada época, quando eram muito poucos, passando a viver como cativos em suas aldeias indefinidamente. A libertação sonhada ocorreu quando um grupo de mulheres que chegou pelo rio, navegando em canoas e trazendo no pescoço colares com dentes de quati, a marca distintiva do grupo, resgatou-os para sempre. O grupo libertado pôde então se reproduzir e aumentar o número de pessoas. Pode-se dizer que a situação histórica atual revive o mito de algum modo, conforme foi percebido pelos próprios Avá-Canoeiro, que se veem como cativos dos inimigos à espera do retorno milagroso a uma terra própria, o que é dado por eles como certo, mais dia ou menos dia, assim como na célebre busca da Terra Sem Males empreendida pelos Guarani (Clastres, 1995).

Recebido em 07/05/2013

Aceito em 14/06/2013

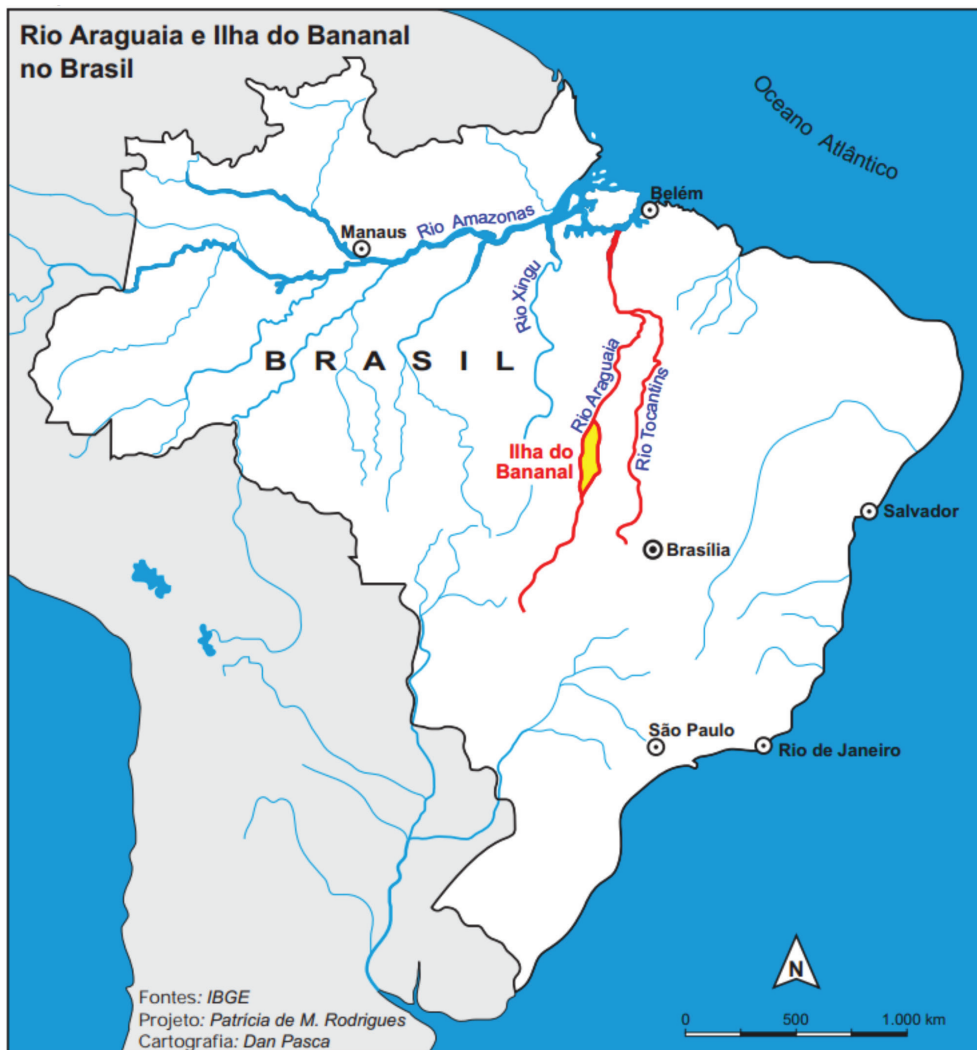
Patrícia de Mendonça Rodrigues é PhD em Antropologia pela Universidade de Chicago e realiza pesquisa entre os povos do Araguaia (Javaé, Karajá, Avá-Canoeiro, Xavante) desde 1990, tendo coordenado os grupos técnicos de identificação e delimitação das terras indígenas Marãiwatséde, Utaria Wyhyna, Javaé/Avá-Canoeiro e Taego *Ãwa*.

Os Avá-Canoeiro do Araguaia (2013)

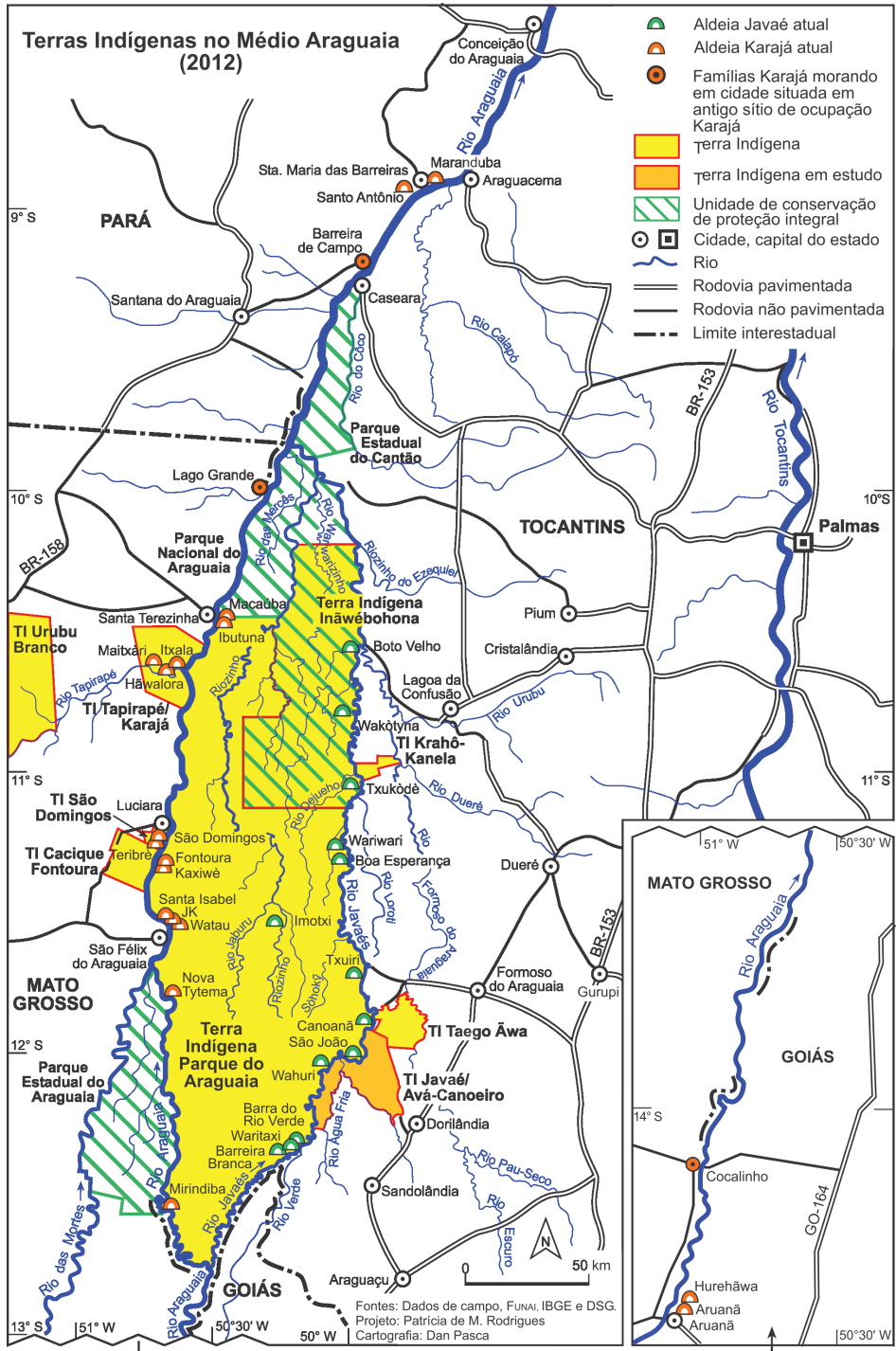
	Nome na certidão de nascimento	Data de nascimento	Local de moradia
1	Tutao ⁵⁹ Avá-Canoeiro	Início dos anos 30	Aldeia Canoanã T.I. Parque do Araguaia
2	Agadimi ⁶⁰ Avá-Canoeiro (filho de <i>Tutawa</i>)	Fim dos anos 50	Aldeia Canoanã T.I. Parque do Araguaia
3	Macaquira ⁶¹ Avá-Canoeiro (filha de <i>Tutawa</i>)	Início dos anos 60	Aldeia Canoanã T.I. Parque do Araguaia
4	Ciéle Kotxihèreru Javaé (filha de <i>Kaukamã</i>)	1978	Aldeia Boto Velho T.I. Inãwébohona
5	Davi da Silva Avá-Canoeiro (filho de <i>Kaukamã</i>)	1983	Aldeia Canoanã T.I. Parque do Araguaia
6	Angélica da Silva Avá-Canoeiro (filha de <i>Kaukamã</i>)	1986	Aldeia Santa Isabel T.I. Parque do Araguaia
7	Sirlene da Silva Canoeiro (filha de <i>Kaukamã</i>)	1990	Aldeia dos Tuxá Ibotirama, Bahia
8	Diego da Silva Canoeiro (filho de <i>Kaukamã</i>)	1992	Aldeia Canoanã T.I. Parque do Araguaia
9	Brena da Silva Canoeiro (filha de <i>Kaukamã</i>)	1994	Aldeia Canoanã T.I. Parque do Araguaia
10	Edmilson Ijawala Javaé (filho de Ciéle)	1994	Aldeia Boto Velho T.I. Inãwébohona
11	Edílson Beikalari Javaé (filho de Ciéle)	1996	Aldeia Boto Velho T.I. Inãwébohona
12	Edilza Dikoxia Javaé (filha de Ciéle)	1998	Aldeia Boto Velho T.I. Inãwébohona
13	Inácio Beijawari Javaé (filho de Ciéle)	2004	Aldeia Boto Velho T.I. Inãwébohona
14	Filho de Ciéle (nome desconhecido pelo GT)	2011	Aldeia Boto Velho T.I. Inãwébohona
15	Cris Hureari <i>Kumaiari</i> Avá-Canoeiro Javaé (filho de Davi)	2001	Aldeia Canoanã T.I. Parque do Araguaia

16	Jenifer Lawarideru <i>Tuakire</i> Avá-Canoeiro Javaé (filha de Davi)	2008	Aldeia Canoanã T.I. Parque do Araguaia
17	Maiara Myxiwedidi <i>Tuatxima</i> Avá-Canoeiro Javaé (filha de Davi)	2011	Aldeia Canoanã T.I. Parque do Araguaia
18	Puchikau Avá-Canoeiro Karajá (filho de Angélica)	2002	Aldeia Santa Isabel T.I. Parque do Araguaia
19	Idjanaru <i>Takira</i> Avá-Canoeiro Karajá (filha de Angélica)	2006	Aldeia Santa Isabel T.I. Parque do Araguaia
20	Maycon Canoeiro de Oliveira (filho de Sirlene)	2009	Aldeia dos Tuxá Ibotirama, Bahia
21	Ianawá <i>Djanawire</i> Canoeiro de Oliveira (filha de Sirlene)	2012	Aldeia dos Tuxá Ibotirama, Bahia

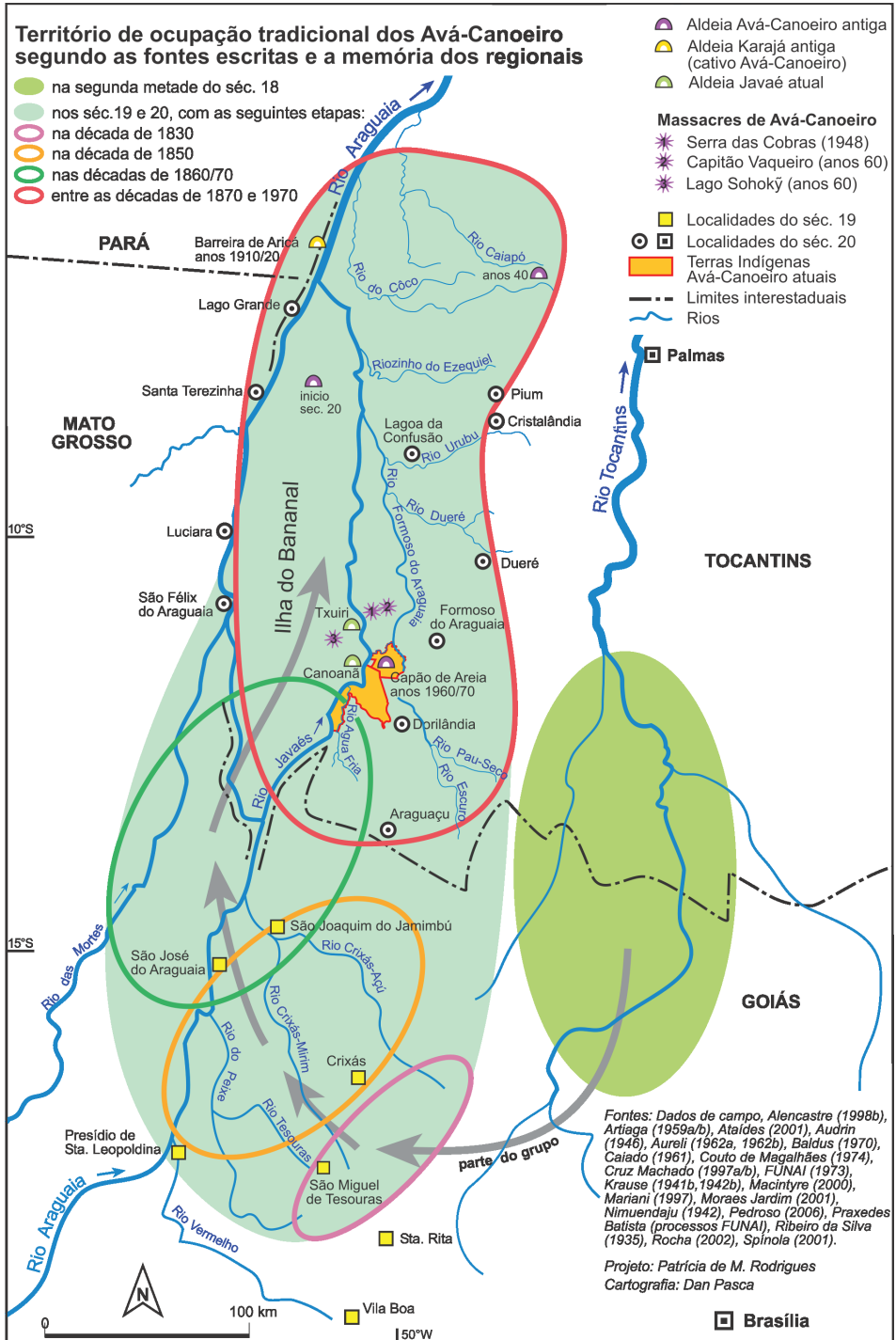
Mapa 1



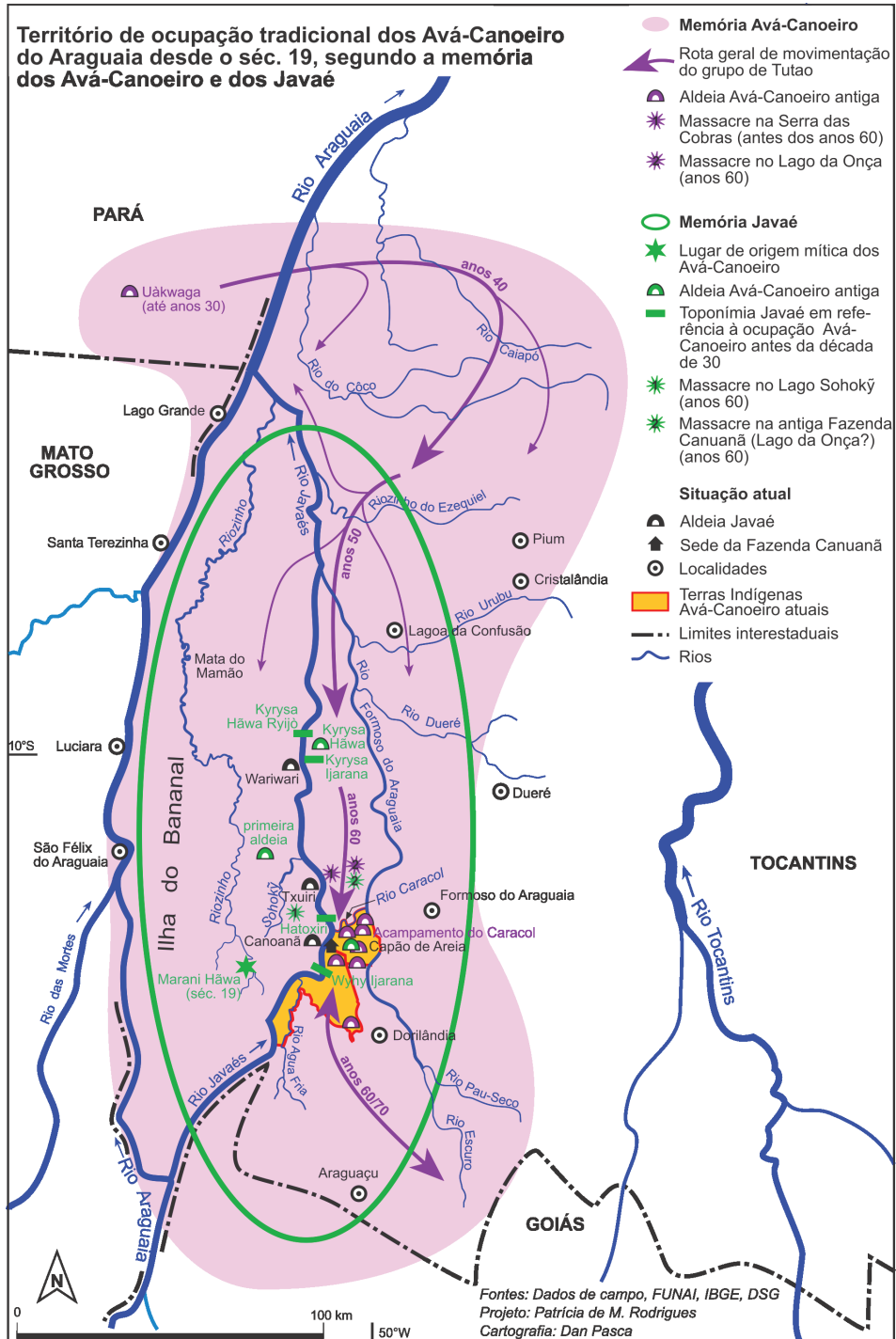
Mapa 2



Mapa 10



Mapa 11



Notas

* O artigo contém um resumo das principais informações do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Taego Áwa (Rodrigues, 2012), de mais de 400 páginas.

1. O GT foi criado em agosto de 2011 pela Portaria da Funai nº 1188, de 11/08/11, atendendo à solicitação dos membros do GT de identificação e delimitação da Terra Indígena Javaé/Avá-Canoeiro, criado em 2009 (Rodrigues, 2010).

2. Ver Silva e Sousa (1849), Pohl (1951), Cunha Mattos (1875), Castelnau (2000), Ataídes (2001), Toral (1984/1985), Pedroso (1994, 2006).

3. Cunha Mattos (1875), Couto de Magalhães (1974), Rivet (1924), Nimuendaju (apud Baldus, 1970), Neiva (1971), Toral (1984/1985), Pedroso (1994). Dados coletados pelo GT da Funai (Rodrigues, 2012) junto aos próprios Avá-Canoeiro do Araguaia, que nunca haviam sido ouvidos a este respeito, acrescentam novos ingredientes à hipótese de uma fusão histórica no passado com grupos afrodescendentes.

4. Ver Cruz Machado (1997a), Couto de Magalhães (1974), Spínola (2001), Chaim (1974), Karasch (1992), Pedroso (1994).

5. Ver Cruz Machado (1997a, 1997b), Mariani (1997), Couto de Magalhães (1974), Moraes Jardim (2001), Alencastre (1998), Ataídes (2001), Toral (1984/1985, 1998), Pedroso (1994, 2006), Rodrigues (2012).

6. Ver Donahue (1982), Toral (1992), Lima Filho (1994, 2001), Pétesch (2000), Rodrigues (2008a, 2008b, 2012).

7. Ver Fonseca (1867), Toral (1992), Rodrigues (2008b).

8. Entre 800 e 1.000 pessoas em 1908, segundo Krause (1943), ou cerca de 600 em 1912, segundo o SPI (recortes de jornais no microfilme da Funai nº 324, fotograma nº 10).

9. Toral (1992), Rodrigues (1993, 2008a, 2008b, 2010), Costa Júnior (1999).

10. A bióloga Luciana Ferraz (2012) elabora em maior profundidade o conceito de “sobreposição de nichos ecológicos”, relativo ao uso diferenciado dos recursos pelos dois grupos em um mesmo território compartilhado. Anteriormente, Pedroso (1994:68) já havia falado em uma “sobreposição de territórios extensos”, referindo-se à ocupação de um grupo Tupi (os Avá-Canoeiro) em um “Universo Jê” (o Brasil Central).

11. Ver Tavener (1973), Donahue (1982), Toral (1992), Lima Filho (1994, 2001), Pétesch (2000), Rodrigues (2008a).

12. Toral (1981, 1992), Rodrigues (1993, 2008b, 2010).

13. Ver Toral (1984/1985), Pedroso (1994, 2006), Rocha (2002), Rodrigues (2012).

14. Realizo pesquisa com o povo Javaé desde 1990 e com os Avá-Canoeiro do Araguaia desde 2009. O meu vínculo anterior com os Javaé foi um obstáculo a mais na comunicação com o grupo, que acabou sendo superado com o envolvimento do GT na busca de soluções

para as inúmeras demandas reprimidas dos Avá-Canoeiro. Luciana Ferraz, bióloga do GT, que já tinha experiência anterior com um grupo de recente contato, teve papel fundamental no estabelecimento de um vínculo de confiança entre os Avá-Canoeiro e o grupo técnico.

15. Conhecido como “Agadimi”, nome inventado pelos brancos.

16. Conhecida localmente e na literatura como “Macaquira”, nome pejorativo, cuja origem tem várias versões, inclusive a de que teria sido dado pelos homens da Frente de Atração, depois que ela, recém-entrada na adolescência, teria reagido ao aprisionamento tentando morder os homens “como um macaco”. Ao tomar conhecimento deste fato, o GT passou a utilizar apenas o seu nome verdadeiro, desconhecido dos Javaé e dos não índios.

17. Os dados obtidos pelo GT indicam que havia outros grupos de Avá-Canoeiro andando na região.

18. Ver Toral (1984/1985); Pedroso (1994, 2006); Rodrigues (2012).

19. *Taego*, a mãe de *Kaukamã*, que morreu subitamente de “doença”; *Baistura*, irmão de *Taego*, que definiu aos poucos com os órgãos expostos depois de ser chifrado por uma vaca; e o jovem adolescente *Agatik*, um dos filhos de *Takira*, a irmã de *Tutawa*, que foi baleado por um branco, furtivamente, enquanto quebrava cocos na mata, seu corpo tendo sido abandonado pelos parentes em fuga.

20. Conforme registros de cartório, em 1986, a Pastoral e Agrícola Canoanã S/A, com sede na Fazenda Canuanã, possuía uma área total de cerca de 100.000 ha (ver Rodrigues, 2012).

21. Em Newlands e Ramos (2007), há uma coletânea de algumas das mais importantes notícias da época sobre o assunto, coincidindo em parte com as que são analisadas por Toral (1984/1985).

22. Ver processos da Funai nº 7/362/72, nº 7/322/72, nº 1166/73 e nº 7/430/73.

23. Ver Processo da Funai nº 082/71 e microfilme da Funai nº 295, fotografias nº 1518 a 1546.

24. Toral (1984/1985); Newlands & Ramos (2007).

25. Funai (1973); Meirelles (1973); Meirelles & Meirelles (1973/1974).

26. Carta enviada ao superintendente da Funai, sem data, do Arquivo Francisco Meirelles, do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, da PUC de Goiânia, doado pela família de Apoena Meirelles.

27. Toral (1984/1985:288) referiu-se criticamente às “trágicas consequências advindas disto que se chamou ‘atração’” e relatou que, em 1978, quando ele esteve na aldeia Canoanã, “ainda corriam diversos boatos sobre o que havia realmente acontecido no momento do contato. Algumas versões afirmam que, ao invadir o acampamento dos Avá-Canoeiro e ao serem recebidos com flechadas, os Xavante teriam respondido com tiros. Infundados ou não, esses boatos dão conta que uma menina, ou um rapaz, segundo outra versão, teria morrido como consequência dos ferimentos recebidos. Se morreu, deve ter

sido enterrada no próprio local do contato, na Mata Azul, dada a inexistência de registros jornalísticos sobre o acontecido” (1984/1985:314).

28. Embora este assunto cause grande constrangimento, a morte de *Täpywire* foi confirmada pelos próprios Avá-Canoeiro durante depoimento oficial, gravado e filmado em 2011, à Comissão de Anistia da Secretaria dos Direitos Humanos, vinculada ao Ministério da Justiça.

29. *Tutawa* tinha duas esposas: *Watuma*, mãe de *Agàèk* e de *Juaga*, e *Taego*, a mais jovem, falecida antes do contato, mãe de *Kaukamã*. *Watuma* ficou cuidando das três crianças depois da morte de *Taego*.

30. Em sua dissertação sobre os Avá-Canoeiro do Tocantins, Lena Tosta (1997) conseguiu obter depoimentos dos Javaé, de funcionários da Funai e de um antigo funcionário da Fundação Bradesco, presente na Fazenda Canuanã na época da “atração”. Todos testemunharam que o grupo foi “pego” (1997:13) como em uma verdadeira “caçada”, e o funcionário da fazenda lembrou que os Avá-Canoeiro “permaneceram amarrados por alguns dias” na fazenda “para que não fugissem” (1997:19). A autora faz então uma crítica ao “informativo da Funai e aos relatórios a respeito”, que “apresentam uma versão absolutamente pacífica deste contato”.

31. Um relatório oficial da Ajudância de Araguaína, de 22/11/82 (Processo Funai nº 253/83, fl. 20), enaltece o fato de que os Avá-Canoeiro foram “capturados” pela equipe da Funai, conforme era de conhecimento dos sertanistas da época, desmentindo o tom pacifista dos boletins oficiais.

32. A historiadora Dulce Pedroso (1994, 2006), cujo primeiro livro publicado tem sido a principal referência sobre os Avá-Canoeiro para o público em geral, incluindo documentos oficiais da Funai, também apresenta uma versão bem mais suave do que a realidade. Em seu trabalho mais recente, que aborda o episódio do contato, a autora omite os principais atores envolvidos (irmãos Pazzanese e o grupo Bradesco) e reproduz a versão oficial, em parte, sem nenhum tipo de distanciamento crítico, chegando a dizer que os índios “foram bem tratados” pela Frente de Atração (Pedroso, 2006:116).

33. Documento Funai/DGPC nº 028/73.

34. Documento Funai/DGPC nº 028/73.

35. Documento Funai/DGPC nº 182/74.

36. Documento Funai/DGO avulso, de 16/04/1974.

37. Documento Funai/7ª D.R., de 01/07/74.

38. Documento Funai/7ª D.R., de 31/07/74.

39. Ver notícia do *Jornal do Brasil*, de 27/05/74, *apud* Toral (1984/1985:319).

40. Toral (1984/1985:317) já comentara que, durante a visita dos Avá-Canoeiro aos Javaé, patrocinada pela Funai, “se a ameaça de confrontação violenta entre os dois grupos foi afastada, a possibilidade de contágio, no entanto, acabou se transformado em realidade”.

41. Funai (1973); Meirelles & Meirelles (1973/1974).

42. Não há menção aos acampamentos da Mata Azul e à atuação da GRIN em nenhum trabalho anterior sobre os Avá-Canoeiro.

43. Depoimento gravado, filmado e transcrito pela Comissão de Anistia, anexo a Rodrigues (2012).

44. Documento Funai/DGPC nº 028/73.

45. Como a própria Funai, o Ministério Público Federal e o Conselho Indigenista Missionário, que levou o caso avá à Comissão Nacional de Política Indigenista, à Comissão de Anistia e à Comissão de Direitos Humanos do Senado.

46. Ver Toral (1984, 1986, 1998), Pedroso (1994, 2006), Tosta (1997), Teófilo da Silva (2005).

47. Em 1972, Israel Praxedes, sertanista da Funai, foi o primeiro a sugerir a reunificação dos dois grupos. Nos anos 80, Toral (1984, 1986) propôs “a retomada de contato com os arredios e a posterior reunião dos grupos” do Araguaia e de Minaçu como “as únicas medidas capazes de evitar o desaparecimento, a curto prazo, dos Avá-Canoeiro”. Em Pedroso (1990, 2006), há um histórico inicial e uma justificativa para essa tentativa, colocada em prática a partir de 1989. Ver Granado (1999) e Pacto (1992, 2004).

48. Ver Tosta (1997), a respeito dos dois grupos, Teófilo da Silva (2005), a respeito do grupo de Minaçu, e Rodrigues (2012), a respeito do grupo do Araguaia.

49. Termo utilizado por Teófilo da Silva (2005:99) para definir o “desejo de manter os Avá-Canoeiros como ‘índios puros’”.

50. Ver a historiadora Pedroso (1994, 2006), cujo livro foi editado com o patrocínio de Furnas; e a antropóloga Granado (1999), que era da Funai e foi contratada por Furnas depois do convênio. As duas atuaram na elaboração e na implementação do Pacto e, em 1995, participaram como coautoras da “Peça Antropológica” que Furnas apresentou ao Congresso Nacional para obter autorização para a operação da usina de Serra da Mesa (ver Tosta, 1997).

51. Tosta (1997) e Teófilo da Silva (2005) demonstram em maiores detalhes como se deu a criação desse “isolamento” étnico artificial do grupo do Tocantins pelo Pacto (1992). Ver Granado (1999).

52. Ver, por exemplo, Toral (1986, 1995), Pedroso (1990, 2006) e Granado (1999).

53. Ver o vídeo-documentário da jornalista Mara Moreira (2006), por exemplo, que teve divulgação na televisão e se chama “Avá-Canoeiro, a Teia do Povo Invisível”. Já foram feitas várias reportagens sobre os “últimos” Avá-Canoeiro (Revista *Isto É / Gente*, 2002) ou sobre os seus “últimos dias” (*O Globo*, 19/04/96), os quais são descritos como “povo em extinção” ou “nação perto do fim” (Revista *Altiplano*, de 12/09/2002).

54. Ver, por exemplo, Melatti (1976), Da Matta (1979), Crocker (1979, 1985), Maybury-Lewis (1979), Viveiros de Castro (1986), S. Hugh-Jones (2002).

55. Como em Tosta (1997:63), conforme já foi apontado por Teófilo da Silva (2005),

que, apesar da análise lúcida e perspicaz sobre as relações de poder, não oferece a perspectiva dos Avá-Canoeiro sobre o contato, percebendo a “sua vida social e política” como sendo “determinada” unicamente “pelas decisões dos detentores de certos papéis e posições na sociedade brasileira”.

56. No sentido de ação criativa sobre a estrutura herdada ou imposta (*agency*). Ver Giddens (1993,1994), Bourdieu (1995), Comaroff & Comaroff (1992).

57. Teófilo da Silva (2005:49-50) também propõe estudar a “conjuntura tutelar específica” dos Avá-Canoeiro do Tocantins levando em consideração a “dinâmica das práticas culturais no seu imbricamento com as relações de poder”, em uma tentativa de evitar “uma imagem dos índios como vítimas passivas da sociedade invasora”.

58. “Mito” aqui não tem o caráter usual de “mistificação da realidade” atribuído às narrativas indígenas sobre o passado, sendo concebido como uma forma legítima de consciência histórica (ver Rodrigues, 2008b).

59. *Tutawa*.

60. *Agàek*.

61. *Kaukamã*.

Referências bibliográficas

- ALBERT, Bruce & RAMOS, Alcida Rita (org.). 2000. *Pacificando o Branco: cosmologias do contato no Norte-Amazônico*. São Paulo: Unesp.
- ALENCASTRE, José Martins Pereira de. 1998b [1862]. “Relatório lido na abertura d’Assembléia Legislativa de Goyaz pelo Exmo. Sr. José Martins Pereira de Alencastre no dia 1º de junho de 1862”. In: *Memórias Goianas 9: relatórios dos governos da Província de Goiás, 1861-1863*. Goiânia: UCG.
- ATAÍDES, Jêzus Marco de. 2001. *Documenta indígena do Brasil Central*. Goiânia: UCG.
- BALDUS, Herbert. 1970. *Tapirapé: tribo Tupi no Brasil Central*. Série Brasileira 17. São Paulo: Nacional.
- BOURDIEU, Pierre. 1995 [1972]. *Outline of a theory of practice*. Cambridge: Cambridge University Press.
- CASTELNAU, Francis. 2000. *Expedição às regiões centrais da América do Sul*. Coleção Reconquista do Brasil (2ª série). Vol. 217. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Itatiaia.
- CHAIM, Marivone Matos. 1974. *Os aldeamentos indígenas na Capitania de Goiás*. Goiânia: Oriente.
- CHRIST, Catarina Lourdes. 2009. “Grupos de indígenas isolados no Mato Grosso”. In: *Relatório 2009: violência contra os povos indígenas no Brasil*. Brasília: CIMI. pp 32-141.
- CLASTRES, Hélène. 1995 [1975]. *The Land-Without-Evil: Tupí-Guaraní prophetism*. Urbana and Chicago: University of Illinois Press.
- COMAROFF, John & COMAROFF, Jean. 1992. *Ethnography and the historical imagination*. Boulder: Westview Press.
- COSTA JÚNIOR, Plácido. 1999. *Relatório ambiental à identificação e delimitação da Terra Indígena Inãwébohona (anteriormente denominada “Boto Velho”)*. Brasília: Funai/PPTAL.
- COUTO DE MAGALHÃES, José Vieira. 1974 [1863]. *Viagem ao Araguaia*. São Paulo: Editora Três.
- CROCKER, Jon Christopher. 1979. “Selves and alters among the eastern Bororo”. In: David Maybury-Lewis (ed.). *Dialectical societies: the Gê and Bororo of Central Brazil*. Cambridge: Harvard University Press. pp 249-300.
- _____. 1985. *Vital souls: Bororo cosmology, natural symbolism, and shamanism*. Tucson: University of Arizona Press.

CRUZ MACHADO, Antonio Cândido da. 1997a [1854]. “Relatório que à Assembléia Legislativa Provincial de Goyaz apresentou na sessão ordinária de 1854 o Presidente da Província Antonio Cândido da Cruz Machado”. In: *Memórias Goianas 6: relatórios dos governos da Província de Goiás, 1854-1856*. Goiânia: UCG.

_____. 1997b [1855]. “Relatório que à Assembléia Legislativa Provincial de Goyaz apresentou na sessão ordinária de 1855 o Exm. Presidente da Província Antonio Cândido da Cruz Machado”. In: *Memórias Goianas 6: relatórios dos governos da Província de Goiás, 1854-1856*. Goiânia: UCG.

CUNHA MATTOS, Raymundo José da. 1875. “Chorographia histórica da Província de Goyaz” (parte I). *Revista Trimestral do IHGEB*, 38, Rio de Janeiro.

DAMATTA, Roberto. 1979. “The Apinayé relationship system: terminology and ideology”. In David Maybury-Lewis (ed.). *Dialectical societies: the Gê and Bororo of Central Brazil*. Cambridge: Harvard University Press. pp 83-127.

DONAHUE, George. 1982. *A contribution to the ethnography of the Karajá indians of Central Brazil*. PhD Thesis, University of Virginia.

ESCRIBANO, Francisc. 2000. *Descalço sobre a terra vermelha*. Campinas: Unicamp.

FERRAZ, Luciana. 2012. *Relatório ambiental da Terra Indígena Taego Āwa*. Brasília: Funai.

FONSECA, José Pinto da. 1867. “Carta que o Alferes José Pinto da Fonseca escreveu ao Exm. General de Goyazes, dando-lhe conta do descobrimento de duas nações de índios, dirigida do sítio onde portou”. *Revista Trimensal de História e Geographia do IHGB*, 8:376-390.

FREITAS, Edinaldo Bezerra de. 2004. “Fala de índio, história do Brasil: o desafio da etno-história indígena”. *Revista História Oral*, 7.

FUNAI. 1973. “Finalmente o contato”. *Boletim Informativo Funai*, 2 (8), III Trimestre: 3-10. Brasília: Funai.

_____. 1974. “Avá-Canoeiros aos poucos abandonam a peregrinação do medo”. *Boletim Informativo Funai*, 3 (11/12):68-72. Brasília: Funai.

GIDDENS, Anthony. 1993 [1976]. *New rules of sociological method*. Cambridge: Polity Press.

_____. 1994 [1979]. *Central problems in social theory: action, structure and contradiction in social analysis*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press.

GRANADO, Eliana. 1999. “Sobrevivência e reconstituição étnica dos Avá-Canoeiro”. *Revista Brasileira de Ecologia do Século 21*, IX, julho/agosto, 41:29-34, Rio de Janeiro.

- HUGH-JONES, Stephen. 2002. “Nomes secretos e riqueza visível: nominação no noroeste amazônico”. *Mana*, 8 (2):45-67.
- KARASCH, Mary. 1992. “Catequese e cativoiro: política indigenista em Goiás, 1780-1889”. In: Manuela Carneiro da Cunha (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras. pp 397-412.
- KRAUSE, Fritz. 1943 [1911]. “Nos sertões do Brasil”. *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, 90:179-193.
- LIMA FILHO, Manuel Ferreira. 1994. *Hetohokÿ: um rito Karajá*. Goiânia: UCG.
- _____. 2001. *O desencanto do oeste*. Goiânia: UCG.
- MAYBURY-LEWIS, David (org.). 1979. *Dialectical societies: the Gê and Bororo of Central Brazil*. Cambridge: Harvard University Press.
- MARIANI, Francisco. 1997 [1854]. “Relatório com que o Presidente da Província de Goyaz, o Exmo. Sr. Dr. Francisco Mariani, entregou a Presidência da mesma ao Exm. Sr. Dr. Antonio Augusto Pereira da Cunha”. In: *Memórias Goianas 6: relatórios dos governos da Província de Goiás, 1854-1856*. Goiânia: UCG.
- MEIRELLES, Denise Maldí. 1973. “Breve notícia sobre os Avá-Canoeiro”. *Boletim Informativo Funai*, 2 (8), III Trimestre:11. Brasília: Funai.
- MEIRELLES, José Apoena Soares de & MEIRELLES, Denise Maldí. 1973/1974. “O conhecimento dos Avá-Canoeiro”. *Boletim Informativo Funai*, 3 (9/10), IV Trimestre 1973, I Trimestre 1974:15-23. Brasília: Funai.
- MELATTI, Julio Cezar. 1976. “Nominadores e genitores: um aspecto do dualismo Krahô”. In: Egon Schaden (org.). *Leituras de etnologia brasileira*. São Paulo: Nacional. pp 139-148.
- MORAES JARDIM, Joaquim Rodrigues de. 2001 [1880]. “Exposição que fez o Sr. Major de Engenheiros Dr. Joaquim Rodrigues de Moraes Jardim sobre sua viagem ao Araguaya, Goyaz”. In: *Memórias Goianas 13: relatórios dos governos da Província de Goiás, 1880-1881*. Goiânia: UCG.
- NEIVA, Antônio Teodoro da Silva. 1971. “Os Canoeiros”. In: Atica Vilas Boas da Mota & Modesto Gomes (orgs.). *Aspectos da cultura goiana*. Goiânia: Departamento Estadual de Cultura. pp 103-129.
- NEWLANDS, Lílian & RAMOS, Aguinaldo Araújo. 2007. *Apoena, o homem que enxerga longe – Memórias de Apoena Meirelles, sertanista assassinado em 2004*. Goiânia: UCG.
- PACTO. 1992. *Programa Avá-Canoeiro do Tocantins*. Brasília: Funai/Furnas.
- _____. 2004. *Programa de apoio aos Avá-Canoeiro*. Brasília: Funai/Furnas.

PEDROSO, Dulce Madalena Rios *et al.* 1990. *Avá-Canoeiro: a terra, o homem, a luta*. Goiânia: UCG.

_____. 1994. *O povo invisível*. Goiânia: UCG.

_____. 2006. “Avá-Canoeiro”. In: Marlene Castro O. de Moura (org.). *Índios de Goiás: uma perspectiva histórico-cultural*. Goiânia: UCG. pp 91-133.

PÉTESCH, Nathalie. 2000. *La pirogue de sable: pérennité cosmique et mutation sociale chez les Karajá du Brésil central*. Paris: Peeters.

POHL, João Emanuel. 1951 [1837]. *Viagem ao interior do Brasil*. Vol. II. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro.

RIVET, Paul. 1924. “Les indiens canoieiros”. *Journal de la Société des Américanistes de Paris*, 16, Paris.

ROCHA, Jennifer Alves. 2002. *Memória e esquecimento: a história dos Avá-Canoeiro no Tocantins*. Monografia de Graduação em História, Universidade Federal de Tocantins.

RODRIGUES, Aryon D. 1984/1985. “Relações internas na família linguística tupi-guarani”. *Revista de Antropologia*, 27/28:33-53. São Paulo: USP.

RODRIGUES, Patrícia de Mendonça. 1993. *O Povo do Meio: tempo, cosmo e gênero entre os Javaé da Ilha do Bananal*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília.

_____. 2008a. *Relatório de identificação e delimitação: Terra Indígena Utaria Wyhyyna (Karajá) / Iròdu Iràna (Javaé)*. Brasília: Funai/PPTAL.

_____. 2008b. *A caminhada de Tanÿxiwè: uma teoria Javaé da História*. Tese de doutorado, Universidade de Chicago (versão em português).

_____. 2010. *Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Javaé/Avá-Canoeiro*. Brasília: Funai.

_____. 2011. “Os Avá-Canoeiro do Araguaia hoje: uma perspectiva de futuro”. In: Loebens & Oliveira Neves (orgs.). *Povos indígenas isolados na Amazônia – A luta pela sobrevivência*. Manaus: Cimi/Ufam.

_____. 2012. *Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Taego ãwa*. Brasília: Funai.

SILVA E SOUSA, Luiz Antônio da. 1849. “O descobrimento, governo, população e cousas mais notáveis da Capitania de Goyaz”. *Revista Trimensal de História e Geographia do IHGB*, 12: 429-519.

SPÍNOLA, Aristides de Souza. 2001a [1880]. “Relatório apresentado pelo Ilmo. e Exmo. Sr. Dr. Aristides de Souza Spínola, Presidente da Província, à Assembléia L. Provincial de Goyaz, no dia 4 de março de 1880”. In: *Memórias Goianas 13: relatórios dos governos da Província de Goiás, 1880-1881*. Goiânia: UCG.

TAVENER, Christopher J. 1973. “The Karajá and the brazilian frontier”. In: Daniel R. Gross (ed.). *Peoples and cultures of native South America: an anthropological reader*. Garden City, New York: The Natural History Press. Pp 443-459.

TEÓFILO DA SILVA, Christian. 2005. *Cativando Maira – a sobrevivência Avá-Canoeiro no alto Rio Tocantins*. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília.

TORAL, André Amaral de. 1981. “Os Javaé e a defesa de sua terra”. In: *Comissão Pró-Índio – a questão da terra indígena*. São Paulo: Global. pp 69-80.

_____. 1984. “Situação e perspectivas de sobrevivência dos Avá-Canoeiro”. *Processo Funai*, nº 253/83:117-168. Brasília: Funai.

_____. 1984/1985. “Os índios negros ou os Carijó de Goiás – A história dos Avá-Canoeiro”. *Revista de Antropologia*, 27/28:287-325.

_____. 1986. “Sem perspectivas – dispersão e isolamento impedem continuidade dos Avá-Canoeiro”. *Povos Indígenas no Brasil*, 85/86:371-372. *Aconteceu Especial*, 17, Cedi. São Paulo: Guteplan.

_____. 1995. “O destino de um grupo caçador e coletor: os Avá-Canoeiro, hoje”. In: Aracy Lopes da Silva & Luis D. Benzi Grupioni (orgs.). *A temática indígena na escola – novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC/Mari/Unesco. pp 73-75.

_____. 1998. “Avá-Canoeiro”. In: *Enciclopédia dos povos indígenas*. Disponível em: www.socioambiental.org. São Paulo: ISA.

_____. 1992. *Cosmologia e sociedade Karajá*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

TOSTA, Lena Tatiana Dias. 1997. “Homi matou papai meu”: uma situação histórica dos Avá-Canoeiro. Monografia de Graduação, Universidade de Brasília.

VILLAS BÔAS, Orlando & VILLAS BÔAS, Cláudio. 1994. *A marcha para o oeste: a epopeia da Expedição Roncador-Xingu*. São Paulo: Globo.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo B. 1986. *Araweté: os deuses canibais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/ANPOCS.

Resumo

Depois de décadas de massacres e fugas dos colonizadores em condições desumanas, um grupo de dez sobreviventes dos Avá-Canoeiro do Araguaia foi capturado por uma violenta Frente de Atração da FUNAI em 1973 e 1974. Dois anos depois, com o grupo reduzido à metade, os Avá-Canoeiro foram transferidos compulsoriamente para a aldeia Canoanã, dos Javaé, com quem disputaram um mesmo território por mais de cem anos, em um contexto de enfrentamentos e inúmeras mortes recíprocas. Embora tenham sido aprisionados por agentes do Estado, os Avá-Canoeiro foram recebidos por seus antigos adversários como perdedores de guerra e incorporados a uma posição subalterna de inferioridade social, sofrendo desde então severa marginalização socioeconômica, política e cultural nas aldeias javaé. Depois de 40 anos do traumático evento da captura, os atuais 21 Avá-Canoeiro ainda residem na “aldeia dos inimigos” como cativos de guerra, à espera do retorno a uma terra própria. A precipitada ação estatal beneficiou unicamente o interesse dos grandes grupos econômicos que se instalaram nas terras ocupadas tradicionalmente pelos dois grupos indígenas. Apesar de todo o histórico de opressão, os Avá-Canoeiro têm demonstrado uma extraordinária capacidade de resiliência física e cultural.

Palavras-chave: Avá-Canoeiro do Araguaia, Frente de Atração, genocídio, cativo, resiliência

Abstract

After decades of brutal massacres and flights from colonizers, a group of ten Avá-Canoeiro survivors living on the Araguaia River was violently captured by a FUNAI team of “pacifiers” in 1973 and 1974. Two years later, reduced to half that number, they were transferred by force to the Canoanã village of the Javaé with whom they had engaged in war over land for more than a century with many casualties on both sides. Imprisoned by state agents, the Avá-Canoeiro were received by their former enemies as war prisoners and placed at a subaltern position in the Javaé villages where they have suffered severe socioeconomic, political, and cultural marginalization. Forty years after their traumatic capture, the Avá-Canoeiro, now numbering twenty-one, still live at the “enemies’ village” as war captives waiting to return to their own land. The hasty state operation had as sole beneficiaries the large economic groups that had taken over the lands traditionally occupied by both indigenous groups. Despite their dreadful history of oppression, the Avá-Canoeiro have shown an extraordinary physical and cultural resilience.

Keywords: Araguaia Avá-Canoeiro, “pacification” team, genocide, captivity, resilience